

A Defesa Nacional

REVISTA DE ASSUMPTOS MILITARES

DIRECTORES: Paes de Andrade, Klinger, Goes Monteiro e T. A. Araripe
SECRETARIO: Leitão de Carvalho -- GERENTE: Bellagamba

ANNO XVIII

BRASIL - RIO DE JANEIRO, ABRIL DE 1931

NUM. 208

EDITORIAL

A CRISE ANNUAL NO SERVIÇO DE UM ANNO

Solução francesa ou solução brasileira ?!

Tem-se aventado a idéa de adoptarmos no nosso serviço militar de um anno a moderna solução francesa ainda em experiência, da incorporação do contingente em dois turnos, duas metades, com seis meses de intervallo. Visa-se com isto remediar a syncope do valor da tropa, que ocorre periodicamente com o sistema de incorporar todo o contingente de uma só vez: quando elle terminou seu estagio, lhe toca ser licenciado e vem o novo contingente; durante todo o primeiro periodo da instrucção deste a unidade de tropa só tem recrutas, exceptuado insignificante numero de veteranos, e por isso, além da alludida syncope, soffre innumeras difficuldades para attender a certos serviços, que não cessam e que não podem ser desempenhados por empregados civis, nem o devem ser pelos recrutas.

Mas este artificio, a solução francesa deste problema, importa em reduzir de antemão, inevitavelmente, os corpos *todo o anno* á metade de suas sub-unidades, pois que todo o tempo as duas metades coexistentes são radicalmente heterogeneas em seu valor profissional, expresso pelo periodo de instrucção em que a cada momento ambas se encontram.

Melhor se verifica isso recorrendo a um summario desenho:

A) admittamos que o primeiro periodo de instrucção seja de quatro meses, o segundo e o terceiro de dois meses cada um, neste ultimo comprehen-

didas as manobras, o nono mez para licenciamento gradual do semi-contingente e os tres meses restantes para férias, periodo de baixa do effectivo ao minimo regulamentar.

Resultará: quando o 1º turno (1ª turma, 1º semi-contingente, contingente do 1º semestre) concluir o seu 2º periodo de instrucção (fim do 6º mez) e iniciar o 3º periodo, é que começará a instrucção do 2º turno (7º mez); quando aquelle terminar o 3º periodo (fim do 8º mez), o 2º turno ainda estará no meio do 1º periodo e só o terminará, só estará mobilizável, um mez depois que terminar o licenciamento do 1º turno; quando, por sua vez, o 2º turno entrar no 2º periodo de instrucção (11º mez), o 1º turno já não existirá e quando aquelle iniciar o seu 3º periodo (13º mez), é que virá novo 1º turno para encetar seu curso; e assim por diante: *Não ha um momento em que os dois semicontingentes possam se associar utilmente para dar ao corpo de tropa expressão real, effectivo completo homogeneo.*

B) Na pratica, porém, é conveniente calcular para o 1º periodo de instrucção cinco mezes, pois o 1º será para incorporação e acclimação e os outros quatro verdadeiramente de instrucção, inclusive exames de periodo. Este é deveras o periodo fundamental da instrucção; não se deve preterir suas necessidades de nenhuma forma, deve-se consagr-lhe todo o tempo imprescindivel.

Assim, inalterados os dous periodos seguintes, será o 10º mez para o licenciamento gradual até redução das sub-unidades respectivas ao efectivo mínimo regulamentar, e só os dois ultimos mezes serão de férias.

Tanto na hypothese A como na B está bem clara a idéa de que o anno de instrucción não deve ser dilatado aos 12 mezes do anno civil. Em nenhum instituto de ensino isso se faz; por que fazel-o no exercito? Realizado o objectivo da incorporação, passados os instruendos pelos tres periodos reconhecidos como necessarios e bastantes, nada de reter inutil-

seu 1º periodo; quando, agora, o 2º turno entrar no 2º periodo (12º mez), o 1º turno não mais existirá, e quando elle terminar esse seu periodo (fim do 13º mez), recem o novo 1º turno estará acclimado: do mesmo modo que na hypothese A, *não ha um momento em que os dois semi-contingentes possam se associar utilmente*, para trabalhar em conjunto, formando o corpo de tropa completo, homogeneo.

A este inconveniente, só por si bastante forte para nos fazer meditar dez vezes antes de importarmos tal solução, accresce est'outro de que, a menos de

Graphico d'um corpo de tropa no sistema da incorporação dos contingentes em dois turnos, um em cada semestre.

A (quando o 1º periodo é de 4 mezes)														
1º TURNO	I	I	I	I	II	II	III	III	L	F	I	I	I	I
2º TURNO	I	I	I	I	I	II	II	III	III	L	F	I	I	I
	um				um				anno					

B (quando o 1º periodo é de 5 mezes)

1º TURNO	I	I	I	I	I	II	II	III	III	L	F	I	I	I
2º TURNO	I	I	I	I	I	I	I	II	II	III	III	L	F	I

Convenções: I, II, III - 1º periodo de instrucción, 2º, 3º.

L - mez de licenciamento do grosso de cada turno.

F - férias periodo de efectivo mínimo.

Conclusão graphica:

É in nenhun momento e possivel reunir todos os elementos do corpo de tropa em um todo homogeneo.

mente os homens, nem continuar ocupando sem objecto o magisterio, os quadros, que tambem precisam refazer-se para enfrentar as lides com a nova camada de recrutas.

Com esta pequena alteração pratica na duração do 1º periodo resultará; quando o 1º turno concluir o seu 2º periodo (fim do 7º mez), o 2º turno terá terminado o seu mez de acclimação; quando o 1º turno concluir o 3º periodo (fim do 9º mez), o 2º turno estará no meio de seu 1º periodo e quando terminar o licenciamento do 1º turno (fim do 10º mez), ainda o 2º turno estará no ultimo mez de

prejudicarmos a uniformidade de trabalhos dos dois turnos, ou de adoptarmos uma complicação correctiva desse mal, teremos que realizar manobras duas vezes no anno.

* * *

O melhor remedio para o mal em apreço está contido na solução brasileira: divisão do paiz em zonas militares — para evitar que em todo o paiz se produza simultaneamente a crise do efectivo e dos mobilizaveis sob bandeira — e applicação do expediente do tempo

de serviço aumentado para uma fracção do contingente, tempo e fracção em condições julgadas suficientes para vencer a referida crise.

O nosso Regulamento do Serviço Militar em sua edição anterior a 1923 trouxe pela primeira vez o sistema das zonas militares e dividiu o Brasil em duas zonas; actualmente essa divisão é estabelecida em tres zonas e de tal maneira que o anno militar começa na 1^a zona em novembro, na 2^a em março e na 3^a em maio.

Na França e na Allemanha era tradicional começar o anno militar em outubro, visando collocar na estação mais dura do anno o 1º periodo de instrucção, aquelle em que menos se fazem sentir os impedimentos atmosphericos ou climaticos (si não permanentes, comtudo muito frequentes) para se ir com a tropa ao terreno, resultando tambem que o periodo das manobras incidia numa época em que as colheitas estavam feitas e ainda não estava lançada a nova sementeira isto é, estavam os terrenos francamente praticaveis, sem riscos de damnos ás culturas, como convém para taes grandes exercícios.

No Brasil, a zona central tem por estação mais dura o verão e, assim, a transplantação da mesma ideia fez locar o inicio do anno de instrucção em novembro. E', então, no rigor do verão que se processa a instrucção individual, justamente aquella que em menor escala exige a exposição collectiva da tropa ao tempo, em terreno variado; bem feitas as coisas, resultariam as manobras em fins de agosto ou em começo de setembro, quadra excellente, e com a circunstancia especial de poderem terminar as manobras (ou começar) pela grande demonstração da parada da independencia, com a tropa em effectivo e uniforme de campanha.

A variedade de climas, inherente á formidavel extensão do nosso paiz, fez adoptar a divisão em varias zonas, para se poder applicar o mesmo expediente de collocar os periodos de instrucção em correspondencia com as conveniencias climaticas e da cultura das terras.

Ao mesmo tempo, isso veiu sanar a seu modo o mal do enfraquecimento do exercito nos mezes de transição de um anno militar para outro. Com efecto: desta maneira, quando no Rio de Janeiro, São Paulo, Matto Grosso e regiões do norte os corpos estão no 1º periodo de instrucção, em Minas estão com os tres periodos feitos, e no sul (Rio Grande, S. Catharina e Paraná) estão com os dois primeiros periodos feitos. Aplica-se, assim, por zonas, com tres turnos, em vez de dois, o que a solução francesa faz *por corpos*; isto é, na solução brasileira todo o anno de instrucção em cada zona todos os corpos são completos, homogeneos, realizam um unico grão de ensino progressivo. Si no periodo de crise do anno de instrucção duma zona, os dois ou tres mezes de férias ou baixa maxima dos effectivos, necessitarmos de unidades completas, mobilizaveis, tel-as-emos nas outras duas zonas.

E para, mesmo em cada zona, vencermos essa referida crise inevitável, temos o recurso do *serviço de 16 mezes*: além de todos os sargentos e cabos e especialistas engajaveis, mais 12 soldados por cia., esq. ou bia., servem 16 mezes em vez de um anno, podendo ainda esse numero ser modificado "mediante proposta do E. M. E." (R. S. M., art. 42, letra b.)

* * *

O que temos a fazer, portanto, nesse particular, em vez da leviandade copiadora de soluções estrangeiras (e ainda não consolidadas), é raciocinar sobre o nosso caso; e isso na questão presente com a vantagem de cultuarmos com intelligencia a nossa brasiliade: façamos conhecida a solução brasileira, generalizemos a sua applicação e melhoremola onde a pratica e o raciocinio o aconselham.

Uma das coisas que a nossa pratica brasileira tem exhuberantemente condenado é o artificio das duas chamadas para o contingente; o mal subsistirá, e até se agravará, si em vez do intervallo de um mez entre as duas chamadas,

sendo a segunda, pelo regulamento, apenas recurso eventual, passarmos a ter o desdobramento da incorporação por sistema e o intervallo de seis mezes. Onde um criterio justo, aceitável para discriminação dos incorporandos entre os dois semi-contingentes? Si fôr indiferente o homem incorporar-se na 1^a chamada ou na 2^a, no 1º ou no 2º semi-contingente, só virá na 1^a quem bem quizer; e si aos não apresentados na 1^a chamada nenhuma punição alcança, os da 2^a chamada hão de entender que fazem jús a igual condescendencia. *Em cada zona militar, ou pelo menos, em cada grande unidade, só deve haver uma incorporação, uma unica chamada, por anno.*

O remedio será, quanto á questão em fóco, alterarmos o R. S. M.:

a) supprimindo no art. 10 tudo quanto se refere á 2^a incorporação, pois que "em cada zona militar todo o contingente deve ser incorporado de uma só vez, para que possa haver um curso annual unico em sua instrucção";

b) corrigir no art. 42 a letra *b*, no sentido de deixar ao criterio do cmt. do corpo a fixação do numero de homens por cia., bia. ou esq. que devem ter o seu tempo de serviço prolongado pelo 1º periodo do contingente immediação dentro; a fixação desse numero, parcimoniosa, deve deixar larga margem para que a despesa dahi resultante seja compensada pela economia que resulte da antecipação do licenciamento do grosso, licenciamento este a ultimar dentro do 1º mez após a conclusão do 3º periodo de instrucção;

c) nesse ultimo sentido, fixar claramente no art. 117 uma disposição taxativa sobre o "plano de licenciamento", de forma a desenrolar esta operação dentro de um mez, na referida oportunidade. Desta maneira, seria cohibida a vigente "licença" de estender o licenciamento por prestações mensaes através de varios mezes, com grande prejuizo para os creditos de justiça e de igualdade tão necessarios num exercito nacional, republicano e democratico, e com repercusão prejudicial no estado de espirito das

turmas que se vêem muito mais tempo retidas do que as outras, todas, entretanto, do mesmo contingente.

* * *

Si raciocinamos até aqui com o serviço de 16 mezes, foi para simplicidade da exposição e para patentear que o nosso R. S. M. contém a solução do problema em causa; em rigor, admittimos que mesmo 15 mezes seriam sufficientes, pois que ao cabo de tres mezes de instrucção, mesmo que seja o 1º mez reservado á acclimação, o novo contingente já estará assaz desembaraçado para que possa o seu pessoal tomar a seu cargo todos os serviços até então attribuidos aos veteranos. É seria de muito bom efecto essa reducção do tributo supplementar a tres mezes, em vez de quatro, pois para esse engajamento nem sempre ha bastantes voluntarios e não se consegue acertar com um criterio inatacavel para perfazer compulsoriamente o numero de taes contribuintes sobrecarregados. O que não ha duvida é que desde a conclusão do licenciamento do grosso (fim do 10º mez) esses homens que hão de ficar retidos devem ter todas as vantagens de engajados e o cmt. da unidade deve ter a faculdade de os ir licenciando, á proporção que os recrutas possam ir desempenhando certos serviços, isto é, a partir do fim do primeiro mez de instrucção destes.

Quanto ao criterio a observar na designação para o engajamento por quatro mezes (ou tres), além de certas normas que o R. S. M. ha de fixar, tambem deve ser livre faculdade do cmt. Como normas para a designação se impõem:

a) em primeiro lugar os retardatarios da instrucção;

b) excepção dos casados;

c) empregados publicos.

Dahi além é quicá irrealizavel a fixação de normas, entra em conflicto o interesse do serviço e da commodidade, que solicitam sejam retidos os melhores homens (instrucção e conducta) e o interesse da justiça, que precisamente titularia taes homens para precedencia no

licenciamento; deve o cmt. local resolver de acordo com as circunstancias.

* * *

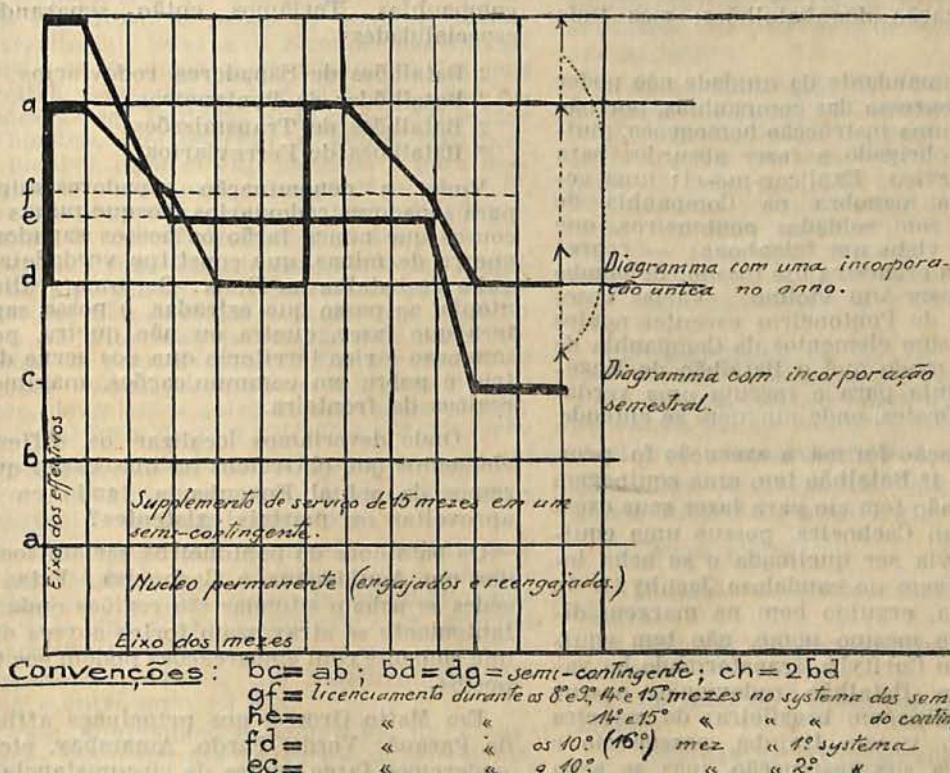
Além dos desenhos A e B, esclarece a questão um *graphico comparativo* do nível do efectivo dum corpo de tropa durante um anno militar, nos dois sistemas de incorporação da classe: ou em um contingente unico, ou em dois semi-contingentes semestraes. Em ambos adoptamos o serviço de quinze meses para uma fracção e a duração de cinco meses para o 1º periodo de instrucção.

Vê-se que:

a) o *effectivo maximo* é realizado: no sistema brasileiro — uma vez no anno,

tema brasileiro — uma vez no anno, durante os dois ultimos meses; no systema francez — duas vezes no anno, de cada vez durante os dois meses ultimos do semestre; e no 1º systema tal minimo é inferior ao do 2º (diferença de um semi-contingente menos o pessoal de 15 meses do outro).

c) o *licenciamento* no systema brasileiro é feito durante dois meses (2º e 3º da incorporação) para o pessoal de 15 meses e durante um mez (10º da incorporação) para o grosso do contingente; ao passo que no systema francez elle tem lugar durante toda a 2ª metade de cada semestre (2º e 3º mez para o pessoal de 15 meses, e 4º mez (10º) para o grosso de semi-contingente);



no 1º mez da incorporação; no systema francez duas vezes no anno, tambem no 1º mez de cada incorporação; e no 1º systema tal maximo é superior ao do 2º (diferença resultante do pessoal de 15 meses do semi-contingente);

b) o *effectivo minimo* ocorre: no sys-

tema brasileiro — uma vez no anno, durante os seis ultimos meses consecutivos, 4º a 9º, ao passo que no systema francez dura apenas dois meses em cada semestre, 5º e 6º, 11º e 12º, e tal effectivo é mais elevado no systema brasileiro do que no francez.

ORGANIZAÇÃO DA ENGENHARIA

Pelo 1º Ten. J. de Lima Figueiredo

A actual organização da Engenharia é uma verdadeira colcha de retalhos mal alinhavada. Um Batalhão de Engenharia compõe-se de tres companhias: uma de sapadores, outra de pontoneiros e uma terceira de transmissões.

Especialidades tão distintas como estas difficilmente se podem combinar. Representam, num frasco, mercurio, agua e azeite.

Cada companhia comporta ainda, no ambito do seu quadro, um grande numero de especialistas, de modo que com elementos tão heterogeneos se torna difficil a instrucción e a administração.

Quando estive no 1º B. E., notei o defeito e pelas columnas de *A Defesa Nacional* me bati pela especialização dos batalhões; mas tudo foi em vão.

Além do commandante da unidade não poder comparar o progresso das companhias, por não lhes poder dar uma instrucción homogênea, muitas vezes era obrigado a fazer absurdos para attender ao serviço. Explicar-me-ei: uma occasião fiz uma manobra na Companhia de Transmissões, com soldados pontoneiros, que nunca tinham visto um telephone: — representavam numa orchestra um tocador de bombo obrigado a tanger um violino. Varias vezes na Companhia de Pontoneiros executei pontes de equipagem com elementos da Companhia de Sapadores, de modo que o Batalhão de Engenharia representa para o recruta uma verdadeira casa de Orates, onde ninguem se entende.

Se a organização foi má, a execução foi peor. Analysemos: o 1º Batalhão tem uma equipagem de ponte, mas não tem rio para fazer seus exercícios: o 3º, em Cachoeira, possue uma equipagem que devia ser queimada e se acha localizado á margem do caudaloso Jacuhy; o 6º, em Aquidauana, erguido bem na margem direita do rio do mesmo nome, não tem equipagem; o 5º, em Curityba, transformado ha varios annos em Batalhão rodoviario, possue guardada a equipagem brasileira; de maneira que somente o 4º, em Itajubá, possue rio e equipagem para sua instrucción, mas se acha muito afastado da nossa faixa de fronteiras e dependendo de transporte duvidoso.

Não seria bem melhor que se unificassem estas especialidades, dando a cada uma dellas material apropriado e séde conveniente, tendo em vista o trabalho que cada uma tem de executar?

Acho que sim. Haveria vantagem para a instrucción, para a administração e para o comando.

A actual organisação da arma de Engenharia é a seguinte:

- 1º B. E., em Villa Militar.
- 2º B. E., em São Paulo.
- 3º B. E., em Cachoeira.
- 4º B. E., em Itajubá.
- 5º B. E., em Curityba.
- 6º B. E., em Aquidauana.
- 1º B. F. V., em Jaguarão.
- 1ª Cia. F. V., em Deodoro.

Podíamos sem prejuizo para os cofres publicos fazer uma remodelação, de sorte que ficassemos com batalhões especializados.

Em virtude da deficiencia de material, os Batalhões de Pontoneiros teriam somente duas companhias. Teríamos, então, separando as especialidades:

- 2 Batalhões de Sapadores rodoviarios.
- 2 Batalhões de Pontoneiros.
- 2 Batalhões de Transmissões.
- 2 Batalhões de Ferroviarios.

Mudei a denominação sapadores-mineiros para sapadores-rodoviarios, porque minas serão causas que nunca farão os nossos sapadores, e guerra de minas, que constitue verdadeiro cavalo de batalha na E. A. O., uma realissima utopia, ao passo que estradas, o nosso sapador terá que fazer, queira ou não queira, pois o immenso e rico territorio que nos serve de patria é pobre em comunicações, maximé nas regiões de fronteira.

Onde deveríamos localizar os diferentes elementos que obtivemos da dissecação que fizemos da actual Engenharia, tendo em vista aproveitar os quarteis existentes?

Os batalhões de pontoneiros seriam localizados em Aquidauana e Cachoeira. Estas duas sédes se acham situadas em regiões onde constantemente se atravessam fortes cursos d'agua, que somente com embarcações podem ser transpostos.

Em Matto Grosso, nos principaes afluentes do Paraná: Verde, Pardo, Amambay, etc., não poderemos fazer pontes de circumstancia, porque a profundidade destes rios é enorme. No Verde, em reconhecimento que fiz da entrada Arapuá — Porto Quinze, não sondei com oito metros de sonda.

No Rio Grande do Sul, a complicadissima rede hydrographica da bacia do Uruguay requer tambem embarcações para a transposição dos cursos d'agua.

Ficaria o Batalhão de Cachoeira com a equipagem francesa, que necessita melhores rodovias.

POSSIBILIDADES ACTUAES DE DEFESA CONTRA OS ATAQUES PELO AR

Por E. Lopes, tenente de artilharia

O rapido progresso da industria constructora de aviões caracteriza-se, cada vez mais, por novos aperfeiçoamentos capazes de tornar o avião, não só o meio ideal de rapida e facil approximação entre povos mesmo de continentes diferentes, mas ainda uma arma terrível, a serviço da guerra.

Constituindo verdadeiros canhões, cujas trajectorias têm por alcance maximo a "performance" de que são dotados, taes apparelhos desempenharão certamente papel preponderante no desenrolar das guerras futuras.

Quer como "olhos" dos exercitos em operações, quer intervindo directamente na batalha de terra, quer destruindo as organizações inimigas pelo bombardeio, constituirão o maior perigo da nova zona de operações — "o céo".

Essas possibilidades, ao entrar o anno de 1931, se nos apresentam de tal molde, que deixam transparecer até que ponto estarão ameaçados no futuro os paizes de qualquer extensão territorial. Suas mais reconhecidas organizações e os movimentos de retaguarda dos seus exercitos, não poderão pôr-se a salvo das incursões aereas inimigas e do poder destruidor das bombas, que poderão os aviões transportar, bombas para efecto material e para destruição de vidas, estas com gazes toxicos. E, como complemento daquellas possibilidades, o emprego da chimica a serviço da guerra.

Foch, em suas admiraveis "memorias", lembra a importância consideravel desses factores: "Que não devemos esperar, nas lutas do porvir, do progresso da aviação e do desenvolvimento da guerra chimica? Eis por que julgo que, nos nossos preparativos militares para o futuro, deveríamos antes de mais nada estudar o material formidável e variado a pôr em ação

vias e o de Aquidauana com a brasileira, mais manejável e de facil transporte.

Os Batalhões de Transmissões devem ficar em lugares onde haja recursos, pois a sua apparelhagem technica necessita constantemente de orgãos que só se encontram nos grandes centros commerciaes.

Ficariam, portanto, um Batalhão em São Paulo e outro aqui no Rio.

Vi em Aquidauana a Companhia de Transmissões não poder dar instrucção de telephonia, porque suas pilhas estavam esgotadas e as encomendas ainda não tinham chegado de São Paulo.

Os Batalhões de Sapadores-Rodoviarios ficariam provisoriamente em Itajubá e Curytyba, enquanto não fossem aproveitados na construcção de rodovias, unica fonte de ensinamentos e escola de aperfeiçoamento dos officiaes.

A Companhia Ferroviaria, que jaz inerte em Deodoro, formaria, com as companhias exce-

na batalha, preparal-o em parte, e restabelecer em tempo de paz uma organização de tropas que garantisse o serviço desse material de guerra".

"Performances" de mais de 3.000 kilometros são attingidas actualmente com facilidade, assim como é possivel o transporte aereo de algumas toneladas de bombas. Haja vista o extraordinario feito do General Balbo, cruzando o Atlântico Sul com uma segurança e technica absolutas, como o faria qualquer esquadra de navios, e o recente vôo do DOX a Las Palmas, pesando esse apparelho mais de 45 toneladas.

O indispensavel parallelismo entre os meios de ataque pelo ar, cada vez mais poderosos em virtude desses aperfeiçoamentos da aviação, e os meios de defesa das tropas e organizações de terra, tem constituído a preocupação maxima dos tecnicos dos paizes que verdadeiramente cuidam da sua segurança e antevêem a nova orientação dos processos de combate nas guerras do futuro.

A dura experiença da Grande Guerra demonstrou ao mundo a necessidade das accões fulminantes e decisivas, para que o inimigo, antes mesmo de uma mobilização completa, possa ser desorganizado e tornado impotente. Os malefícios remanescentes de uma guerra de longa duração assumem tal importancia na vida dos povos que procurar, desde a paz, os meios de evitá-los, deve ser preocupação maxima dos responsaveis pela segurança de qualquer paiz.

Nenhuma arma melhor do que a aviação, com todos os meios que a chimica pôde pôr a seu alcance, desempenhará melhor e mais rapidamente aquelle *desideratum*, principalmente

dentes dos Batalhões de Pontoneiros, um segundo Batalhão Ferroviario.

Teríamos assim:

1º Batalhão de Pontoneiros, séde em Choeira.

2º Batalhão de Pontoneiros, séde em Aquidauana.

1º Batalhão de Transmissões, séde em Rio de Janeiro.

2º Batalhão de Transmissões, séde em São Paulo.

1º Batalhão de Sapadores, séde em Curytyba.

2º Batalhão de Sapadores, séde em Itajubá.

1º Batalhão de Ferroviario, séde em Jaguariaíva.

2º Batalhão Ferroviario, séde em João Pessoa, afim de construir a estrada de ferro Campina Grande-Souza, que deverá impulsionar o Nordeste, ligando quatro capitais: Recife, João Pessoa, Natal e Fortaleza, através do sertão.

no sentido de abater as forças moraes do inimigo.

Em contraposição, as organizações fixas de terra, as organizações dos exercitos em operações e os próprios movimentos desses exercitos no campo da luta, precisam ser providos de meios de defesa contra os ataques pelo ar, quando não destruindo os atacantes, pelo menos afugentando-os para além do "plafond" limite, julgado suficiente.

R. G. Cherry, major do exercito inglez, em artigo no "The Journal of the Royal Artillery", externa o seguinte conceito sobre a importância do papel da actividade ante-aerea: "O verdadeiro criterio do valor do tiro ante-aereo, não é o numero de aviões destruidos, mas o que o inimigo poderá fazer na ausencia da actividade ante-aerea".

Tanto os aviões que intervêm directamente na batalha, nella tomando parte activa contra tropas e para esse fim voando baixo, como os aviões encarregados das missões de reconhecimento, exploração e bombardeio, podem ser efficientemente atacados pelos materiaes de tiro ante-aereo, hoje existentes, materiaes, cujas características muitissimo aperfeiçoadas, parecem garantir a realização daquelle indispensavel parallelismo, entre os meios de ataque surgidos com a nova arma e os meios de defesa contra seus effeitos.

Os scepticos, partidarios ainda das primeiras idéas expendidas pelo eminent General Pagezy, bem pouco acreditam ainda em tal parallelismo. Realmente, no velho mundo parece não ter sido attingido, não tanto devido aos próprios materiaes de tiro, mas principalmente pela deficiencia dos systemas de "fire-control", utilizados para realização do tiro, que, como veremos, desempenham papel primordial quanto ás possibilidades de acertos e, portanto, no que respeita ao consumo minimo de munições.

O notavel technico militar norte-americano Major Barnes, em importantes artigos apparecidos em varias revistas, principalmente a *Scientific American*, e que tem sido largamente divulgados em todo o mundo, vem desde algum tempo procurando demonstrar que os resultados obtidos em seu paiz com os constantes aperfeiçoamentos nos systemas de "fire-control", constituem realização capaz de permittir efficiente garantia de defesa dos ataques pelo ar. As manobras annueas de Auberdin têm realmente atrahido officiaes dos exercitos de varios paizes e constituido notavel demonstração das actuaes possibilidades da actividade ante-aerea, não sómente no sentido de perturbar as missões a cargo da aviação (doutrina europea), como no sentido de destruir os aparelhos que se aventurarem a cahir no "volume de accão" (1) de certos materiaes de tiro (doutrina americana).

De qualquer modo é obvio que, para realização de materiaes preenchendo todas as finalidades, foi necessário considerar as diffe-

rentes missões a cargo da aviação e a mobiliade exigida ás diversas armas combatentes. Assim, os exercitos mais modernizados vêm sendo dotados de materiaes de tres especies, para sua defesa ante-aerea; metralhadoras, canhões automaticos de pequeno calibre e canhões de 75 mm, sobre estes repousando as maiores responsabilidades, tanto no tiro de dia, como no tiro de noite, e, por isso, providos de uma apparelhagem annexa de grande precisão, nella residindo o exito do tiro.

Os aviões, voando em médias e grandes alturas, e, por consequencia nas mais importantes missões, encontram nos aperfeiçoadissimos canhões ante-aereos, ultimamente realizados, inimigo temivel e o material de tiro mais em condições para perturbar e mesmo impedir o desempenho de tales missões, (condições impostas pela mobilidade e potencia).

As condições inherentes a essa especie de tiro — sobre alvos de extraordinaria mobilidade nas tres dimensões — para que o mesmo pudesse ser realizado com probabilidades de exito, exigiram esforços consideraveis dos technicos, não só no que respeita aos canhões, como também á apparelhagem necessaria ao commando do tiro.

Os canhões, com movimento azimuthal completo (360°) e zenithal ás vezes superior a 90° , com alcance horizontal superior a 15 kilometros e vertical superior a 10 kilometros, garantem um volume de accão consideravel, no interior do qual correrão grande perigo os aviões que nella ousarem penetrar.

Por outro lado, a quasi completa mechanização do tiro, afastando a interferencia de pessoal no calculo e registo dos seus elementos, por meio de systemas de "fire-control" de grande precisão, inclusive para tele-commando das peças, deu como resultado a reducção, praticamente a zero, do "tempo-morto" (1), e como consequencia um augmento consideravel das possibilidades de acertos.

Ottenheimer, em seu importante trabalho "Ballistique exterieur", ao tratar do tiro contra aviões, diz: "Le probleme du tir aérien, est infiniment complexe et fait intervenir de nouvelles considerations. Un tir contre objectif aérien; principalement contre avions, ne peut être réglé, le temps dont on dispose étant trop court; un avion dont la vitesse est de 200 km. à l'heure ne reste que de courts instants dans le champ de tir d'un matériel. Le tir doit être préparé, sous peine d'être inefface".

O exito do tiro dependerá, é fóra de qualquer duvida, dessa mesma preparação, num espaço de tempo o menor possivel, da exactidão das medidas referentes ao alvo considerado, da rapidez na transmissão dos commandos as peças, da simplicidade geral do serviço do posto de commando e das proprias peças. A mechanização de todas essas operaçoes, redundará em consideravel economia de munições, factor que nessa especie de tiro assume grave importan-

(1) Volume engendrado pela superficie abaixo da curva de segurança, num supposto movimento de rotação completo em torno da vertical que passa pelo centro do pedestal do canhão.

(1) Tempo necessario para a medida e calculo dos elementos de tiro, transmissão dos mesmos ás peças, collocação das peças em direccão e altura, operaçoes de graduação das espoletas e de carregamento.

cia, especialmente para os países que não dispõem de indústria metallurgica.

A sub-divisão das operações de tiro por serventes ainda que muito treinados, mesmo no sistema "following the pointers" — que não mais constitue a ultima novidade — só poderia dar margem a enganos, hesitações e, como consequencia, perda de tempo, principalmente em combate. Uma desarticulação dos diferentes órgãos necessarios para realização do tiro, seria fatal nessas condições. O objectivo absolutamente não aguardaria a terminação de operações de calculo complicadas feitas por pessoal, transmissões de ordens á voz ou por telephone, manejo de apparelhos rudimentares (pequenas reguas, indices, etc.), podendo voar em qualquer sentido cerca de 50 a 60 metros num segundo...

Desde o momento que um avião tenha cahido no campo visual dos apparelhos de observação de uma bateria, especialmente do telemetro de grande base, não poderá mais ser abandonado e todos os movimentos que fizer automaticamente serão registrados num apparelo calculador — o cerebro da bateria — que efectuará concomitantemente todos os calculos necessarios ao tiro. As peças, tambem ligadas ao apparelo calculador, por meio de um sistema de transmissões adequado (synchronous) delle vão continuamente recebendo os elementos necessarios para se conservarem sempre apontadas para o "avião futuro" e tudo sem a interferencia de serventes (telecommando).

Como o arrebentamento dos projectis tem que ser previsto, não sobre o ponto em que se acha o avião no momento em que são tomadas suas coordenadas — "avião actual" —, mas num ponto do espaço no qual, se supõe que o avião estará depois de algum tempo — "avião futuro" — tambem o graduador de espoletas deverá receber de modo continuo os elementos necessarios para que os eventos em cada instante correspondam á distancia real do objectivo sobre a linha de sitio.

Das hypotheses admittidas sobre as condições da marcha do avião, entre o "avião actual" e o "avião futuro", decorre evidentemente a teoria basica do tiro e por consequencia a organização intima da apparelhagem necessaria à realização do mesmo.

Toda a bateria deve funcionar como um relógio. São atribuidos ao General Pagezy, as seguintes palavras: "La baterie anti-aérienne, avec ses canons et ses appareils, doit être considérée comme une montre: tout le monde porte une montre et sait s'en servir"...

Com a organização actual do tiro da artilharia ante-aerea, que se impunha por multiplas razões, foi conseguido quasi que integralmente o metodo de tiro chamado "tiro indirecto centralizado". O tiro directo foi renegado para segundo plano, e, como recurso em caso de panne na apparelhagem de "fire-control". A organização de um posto de commando longe da posição das peças e a elles ligado por meio de transmissões electricas adequadas (garantindo um synchronismo perfeito) foi de vantagens extraordinarias.

Realizada a condição "tempo morto minimo", a outra face do problema das possibilidades de acertos, diz respeito á duração do trajecto dos

projectis, que não pode ser eliminada... e ao volume de fogo dos materiaes de tiro empregados.

Com efeito, quanto mais rapidamente os projectis attingirem o alvo ou suas proximidades, assim como maior possivel for o numero delles lançados no ar num espaço de tempo dado (minuto), tanto maiores serão as possibilidades de ser realizado o efeito de surpresa, aqui de maior importancia que no tiro de terra. Os arrebentamentos devendo ter lugar depois de escoado um certo tempo ($T+t$), sendo T o tempo morto e t a duração do trajecto a diminuição desta ultima condição importante para o exito do tiro e obtenção daquelles resultados. Dahi as grandes velocidades iniciais preferidas sempre para os materiaes de tiro ante-aereo.

Actualmente essas velocidades attingem perto de 1.000 metros por segundo, dando como resultado usura considerável dos canos, o que é remediado pelo camizamento a frio dos mesmos na propria posição de tiro e apenas em alguns minutos, além da fadiga dos freios e recuperadores, em virtude dos grandes angulos sob os quais normalmente é feito o tiro. Estes precisam ser de grande resistencia.

As velocidades de tiro são tambem consideraveis, permittindo relativamente grande volume de fogo para toda a bateria; cerca de 30 tiros por minuto por canhão ou seja um total para toda bateria (quatro peças) de 120 tiros por minuto, com granadas explosivas, cujos estilhaços possuem a força viva necessaria para inutilizar partes vitais de um avião e isso num espaço superior a 300 metros em torno do ponto de arrebentamento.

O consumo da munição a prever para a realização do tiro é ainda considerável; materiaes de algumas procedencias exigem um gasto de milhares de projectis para realizarem a probabilidade de abater um avião. Qualquer restrição na organização geral de uma bateria, quer pelo uso de um sistema de "fire-control", deficiente, quer pelo uso de canhões de pequena velocidade inicial, para assim aumentar a mobilidade do material, ainda mais concorrerá para o aumento daquele consumo.

A mobilidade e a potencia são características antagonicas, muito principalmente no que diz respeito aos canhões aereos, que como vimos, necessitam ser de grande velocidade inicial; dahi advém inevitável aumento de peso dos canos e reparos.

A complexa apparelhagem necessaria para realização do tiro de dia e de noite, vem reduzir ainda mais a mobilidade de tales materiaes; esses inconvenientes não são de tal molde que assumam exagerada importancia, pois redundam em aumento de possibilidade de acertos e economia de munições.

Mesmo os materiaes mais leves e de organização menos complexa, pesam — canhão e reparo — mais de tres toneladas, sendo disposto sobre rodas identicas ás da artilharia de campanha; em consequencia, exigem consideravel consumo de munições. Os materiaes de maior peso são dispostos sobre "trucks" de quatro rodas, como as de automoveis. Tanto uns como outros difficilmente poderão abandonar as estradas carroçaveis, mas, aquellas missões da aviação que obrigam o emprego de canhões de

O REGIMENTO DE INFANTARIA

I — EXERCÍCIO DO COMMANDO

(Continuação)

Pelo coronel E. Leitão de Carvalho

A actividade do chefe do Regimento distribue-se por tres ramos principaes: administração, instrucção e disciplina, comprehendidas nesta ultima as atribuições policiaes de que estão investidos os commandantes de corpos.

A *administração* constitue a trama sobre que assenta a propria vida das unidades, pois tem por objecto a conservação, em boas condições, de todo o material de que elles se servem, o funcionamento regular dos differentes serviços e a applicação conveniente dos recursos fornecidos pelo Estado, quer para remuneração e subsistencia do pessoal, quer

75 millimetros serão levadas a effeito de preferencia segundo esses mesmos eixos de viação terrestre (parques de artilharia, depositos de munição, fabricas, arsenaes, quaequer organizações fixas ou semi-fixas dos exercitos em operações, movimento de retaguarda desses mesmos exercitos).

Por outro lado, a mobilidade de qualquer material fica adstricta ás possibilidades de remuniciamento. Os cartuchos completos dos actuaes canhões ante-aereos pesam de nove a 12 kilogrammos. Bem dificil deverá ser um remuniciamento dessa natureza, quando forem necessarios milhares de tiros para abater um avião.

Contra aviões em missão nas médias e grandes alturas, sómente materiaes de tiro com todas as características que enumeramos, poderão causar-lhes mal, seja inutilizando e abatendo apparelhos, seja eliminando tripulações, o que será mais ou menos do mesmo effeito...

Contra aviões voando baixo, quer em pequenos reconhecimentos, quer intervindo directamente na batalha de terra, sómente os canhões automaticos de pequeno calibre utilizando projectos armados de espoleta ultra-sensivel e metralhadoras, ambos especializados para o tiro ante-aereo, aquelles com volume de fogo de mais de 100 tiros por minuto e estas de mais de 600 tiros por minuto, constituem garantia sufficiente contra tales missões.

Verdadeiramente, estas ultimas armas, bastante leves e precisas, poderão ser profusamente distribuidas pelas tropas que combatem em terra, mesmo por serem de pequeno custo em comparação aos canhões de 75 millimetros. Procurar-se-á suprir a deficiencia dos seus

para renovação e substituição do material. Ella é, por conseguinte, a ocupação de todos os dias, a condição fundamental do exercicio corrente das outras actividades. Praticada com o desejo de conservar melhorando, e de tornar efectiva a responsabilidade de quantos são depositarios de bens pertencentes á Fazenda Nacional, a administração prudente e zelosa crie o ambiente de satisfação das necessidades materiaes, indispensavel á manutenção da disciplina e ao desenvolvimento da instrucção. Ella não é a actividade final, mas constitue a base sobre que assentam *instrucção* e *disciplina*.

systemas de pontaria pelo volume de fogo que as caracteriza. De remuniciamento facil, constituem armas de effeitos terríveis, sobre aviões que voarem baixo.

Os proprios regimentos de artilharia ante-aerea são dotados de grande numero de metralhadoras nessas condições, não só para a defesa de cada peça isoladamente, como para a defesa de conjunto.

Sobre a importancia das armas sobre as quaes acabamos de nos referir, para melhoria das condições da defesa ante-aerea, diz Cherry: "dar muito mais importancia aos canhões automaticos de pequeno calibre e ás metralhadoras, sob o ponto de vista da sua accão ante-aerea".

Para a completa organização de uma defesa efficiente contra os ataques pelo ar, não devemos esquecer o importante papel que desempenhará a "camouflage" pela fumaça. O estado actual da chimica permite dotar os aviões das organizações de D. C. A. dos exercitos de apparelhos simples, capazes de rapidamente cobrirem de fumaça densa certos "pontos importantes" de terra para que não sejam vistos do ar e assim não possam ser photographados. Já são inumeros os apparelhos dessa natureza empregados pelas aviações de varios paizes.

Por tudo o que procuramos citar, verifica-se que as possibilidades de defesa contra os ataques pelo ar, são actualmente consideraveis, apezar dos aviadores, confiantes no "dominio das tres dimensões", pouco acreditarem na efficiencia dos ataques das armas ante-aereas e se sentirem por demais á vontade para o desempenho das diferentes missões que lhes forem confiadas...

Sujeita ás disposições taxativas dos regulamentos, cuja execução é facil de fiscalizar, a vida administrativa dos corpos de tropa prescreve deveres imperiosos a todos os postos da hierarchia, e, por isso, dá causa não raro a que se commettam erros e faltas, cujas consequencias representam os mais temidos precalços do serviço arregimentado entre nós. Com essas características, natural é que se torne uma preocupação absorvente e supplante os outros ramos da actividade do commando, se não houver da parte deste uma consciencia nitida quanto á finalidade da tropa. E' antigo no nosso Exercito o conceito de que "por falta de instrucción ninguem é punido; enquanto que, por faltas administrativas, as punições são frequentes".

E' dever do commandante imprimir por conseguinte á sua acção, á frente do Corpo, uma orientação que leve a todos os seus subordinados a persuasão de que as *funcções administrativas se destinam apenas a manter a machina em bom estado*, para que o seu rendimento — que é a acquisição da capacidade combativa — seja maior. E a maneira mais segura de alcançar semelhante resultado consiste, a nosso ver, em não atribuir importancia excessiva a certos pormenores do serviço, desde que este satisfaça ás exigencias geraes dos fins a que se destina e se subordine ás prescripções regulamentares. Com uma calculada tolerancia para com os atrazos decorrentes da instrucción, quando tenham justo fundamento, irá o commandante diffundindo o conceito de que é na *instrucción que reside a finalidade da tropa*. O essencial é que o preparo da unidade para o combate, desde o ensino dos recrutas até os exercícios de quadros no terreno, não se entorpeça por motivo de exigencias de ordem administrativa.

Dissemos anteriormente que a base da *disciplina* é a justiça. Eis traçada a orientação do commando do Regimento no que diz respeito á manutenção da disciplina. Cumpre-lhe, por conseguinte, estudar cuidadosamente as faltas commetidas por seu subordinados, pesando as causas a que se filiam, as circumstanças que as rodearam, os antecedentes do culpado, de maneira que possa identificar a transgressão e aplicar ao trans-

gressor a punição que merece. Não ha por que voltar aqui ás considerações feitas já em outro logar, acerca da importancia que, para a educação militar, representa o criterioso emprego das forças moraes, e as vantagens decorrentes, para a conservação da disciplina, da applicação moderada das punições. O exemplo dos superiores, o ensino aos subordinados dos deveres que lhes correspondem, o estímulo aos que fraquejam, certa bondade na imposição das penas produzem muito melhores resultados do que a severidade inflexivel, indiferente á sorte dos contraventores. Sobretudo uma precaucao não deve ser esquecida por todo aquelle que julga: ouvir pessoalmente o accusado. O R. I. S. G., edição de 1920, em seu art. 445, depois de prescrever que *as partes relativas a infracções da disciplina militar, quando dadas por official, devem ser recebidas pelo superior como a expressão da verdade*, — tendo em vista os compromissos de honra dos officiaes para com o Exercito e a Nação e as suas pesadas responsabilidades —, accrescenta, logo a seguir: "A autoridade, porém, a quem competir punir o accusado deverá ouvi-lo para formar perfeito juizo da gravidade da falta".

Com as declarações do accusado, muitos factos se esclarecem, certas circunstancias perdem ou vêm accrescida sua gravidade. Em qualquer caso, o commandante decidirá com conhecimento de causa e mostrará, pelo interesse revelado na apuracão da verdade, a sua preocupação de fazer justiça, conducta que redundará no accrescimo do seu prestigio perante os commandados. Infelizmente, a edição de 1930 do R. I. S. G. suprimiu aquella judiciosa disposição, o que não importa, com tudo, devamos abandonar-lhe a sabedoria.

A *instrucción* é, de todos os ramos de actividade do commandante, aquelle que mais deve prender sua attenção, não só por constituir a occupação mesma do pessoal da tropa, mas sobretudo por não offerecer a obra de adextramento dos individuos e das unidades campo propicio ao estabelecimento da rotina. Antes requer, em todos os seus aspectos, estudo constante, iniciativas intelligentes, esforço novo a cada passo.

De acordo com o que prescreve o R. I. Q. T., "o commandante de toda unidade é o seu instructor permanente e responsável". Cabe-lhe, segundo o dito regulamento, a instrucção da tropa e dos quadros. A elle compete formular o programma geral de instrucção, no âmbito das disposições regulamentares, por menorizando tanto menos a materia, quanto mais elevada for a unidade, e, em qualquer caso, especificando as partes da instrucção que ficarão a seu cargo.

Ao commandante do Regimento, como chefe do mais importante corpo de tropa, incumbe, pois, a responsabilidade de elaborar o programma de instrucção a que se devem cingir as unidades collocadas sob sua autoridade. E' de sua alçada, igualmente, de conformidade com o art. 3º do citado regulamento, estabelecer o horario dos trabalhos para cada um dos grandes periodos.

Nem por estar em vigor o R. I. Q. T. desde 1920, a preparação dos programas de instrucção pelos commandantes de Regimento está tão generalizada quanto devia. Muitas causas têm corrido para isso. Uma delas reside na falta dum *programma modelo* que, na ausencia da tradição, guie os passos aos inexperientes. Num exercito em que os methodos de instrucção tivessem evoluído normalmente e as actividades nos corpos de tropa se desenvolvessem consagradas pela tradição, seria um contrassenso atribuir inexperiencia, em materia de instrucção, a um commandante de corpo. Em face, porém, da feição rudimentar que apresentava a instrucção da tropa no nosso Exercito, ainda não ha muitos annos, e da forma por que se tem caracterizado a propagação do ensino ministrado pela Missão Franceza, cujo campo de acção se limita ás escolas para aperfeiçoamento dos conhecimentos tacticos dos officiaes, — não é de estranhar que alguns commandantes de corpo encontrem certa dificuldade na elaboração dum programma de instrucção, que oriente e enquadre os esforços dos seus subordinados, delimita a materia a ensinar em cada periodo, fixe os prazos ao termo dos quaes os diferentes assumptos devem estar conhecidos dos homens ou das unidades, estabeleça a gradação com que serão praticados os

exercicios e trace as normas a que obedecerão os exames com que se encerram os trabalhos dos periodos principaes. Não é tão facil, quanto pôde parecer, a elaboração de um programma annual de instrucção do Regimento, contendo disposições que facultem dar á tropa o preparo technico e a educação guerreira, sem preterição de nenhum assumpto essencial e dentro dos limites de tempo, fixados a cada periodo. Por outro lado, é preciso ter presente que, parallelamente aos trabalhos de adextramento da tropa, deve proseguir a instrucção dos officiaes, afim de familiarizal-os com o emprego de suas unidades e o de unidades superiores, para o desempenho das diferentes missões que lhes podem ser confiadas na guerra. A escolha e a dosagem dos assumptos a tratar em cada periodo, no que se refere á instrucção dos quadros, é questão que merece detido exame, para que, na pratica, se conciliem com a duração do periodo, levando em conta a variação das condições atmosphericas. E' indispensavel, sobretudo, não projectar senão o que for exequivel. Programmas extensos, sobrecarregados, podem servir de paradigma, sujeitos em cada corpo ás modificações que a situação particular impuzer. Não dispensa, por isso, o trabalho pessoal do commandante, a quem cabe a responsabilidade pela instrucção da unidade. Um meio pratico de distribuir a materia convenientemente consiste em fazer um *calendario* dos trabalhos do Corpo, para todo o anno, ahí registrando as datas iniciaes e finaes dos periodos; as épocas dos exames; as datas provaveis dos exercicios de quadros, dirigidos pelo commandante do Regimento, na carta e no terreno; data de entrega e de recebimento dos trabalhos que os officiaes terão de fazer em domicilio; dias em que se farão conferencias, officiaes incumbidos de dictal-as, theses sobre que versarão; data do juramento á bandeira, etc.

Dentro dessas idéas fundamentaes, foi que estabelecemos os programmas de instrucção do 8º R. I., nos annos de 1928, 1929 e 1930. Antes de os publicar, julgamos util formular algumas considerações sobre as necessidades inherentes a cada um dos periodos, do ponto de vista da administração e da instrucção.

IDEAES E COBIÇA

Reflexões escriptas na prisão, em Julho e Agosto de 1924, a bordo do "Almirante Jaceguai", na Bahia do Rio de Janeiro, junto á ilha Fiscal.

Pelo Cel. BERTHOLDO KLINGER

XVII

O chefe, defensor nato de seus subordinados

Todo chefe deve considerar-se defensor nato de seus subordinados. Si esse principio de solidariedade é universal para qualquer especie de hierarchia, mais se accentúa sua relevancia nas forças armadas.

Assim procedendo em todas as circumstancias o chefe consolida e acrescenta de forma incomparavel a dedicação de seus subordinados pelo serviço e a confiança na sua pessoa.

A palavra defensor implica a noção de interpor-se, isto é, de produzir a defesa contra quem quer que seja. E essa attitudo deve ser assumida espontaneamente, sem esperar que o subordinado a solicite, e ainda que se trate de uma pressão de autoridade mais alta. O

chefe immediato, como os demais intermediarios, se fôr o caso, deve esclarecer a autoridade de quem partiu a pressão e fazer em favor do subordinado todos os esforços cabíveis e justos.

Inquestionavelmente é degradante o papel do chefe que deante de um superior abandona á sua sorte o subordinado e se rebaixa á condição de transmissor inerte, amorpho, incolor e inodoro das pressões superiores. E' um dissolvente da disciplina, porque mata a confiança de seus subordinados. E é, por sua vez, um mao subordinado, porque não procura collaborar para que o seu chefe faça justiça; nada mais corrosivo que a injustiça para atacar nos alicerces a instituição militar.

XVIII

Defensor e accusador

E inveteradamente deturpado, falseado em sua interpretação, o duplo papel de instrumentos da justiça que cabe ao promotor da accusação e ao advogado da defesa.

Nem um nem outro collocam-se no ponto de vista puro da essencia de sua função. de Prepararem o julgamento pela definição positiva do facto em exame, de modo a simplesmente ser desaffrontada a sociedade, e corrigido o individuo, se esse fôr o caso. Ambos se excedem em zelo mal entendido. Ambos forcejam por torear a verdade exacta, requintando no descobrimento de attenuantes ou aggravantes, ou desconhecendo em absoluto aquellas ou enxergando a todo transe plenas dirimentes, porfiando no desencontrado esforço de estabelecerem, fixarem a incidencia do caso nos mais diversos artigos e paragraphos dos codigos.

O promotor devêra encarar a sua tarefa, aliás laboriosissima e ás vezes cercada de immensa difficultade, como tendo por objecto a reconstituição completa do facto, por assim dizer mediante um levantamento photographico, isto é, fidelissimo, de todas as circumstancias, inclusive antecedentes. Em seguida, á luz meridiana das provas e com raciocinio sereno, interpretaria o caso para bem classifical-o.

O defensor, por seu lado, não pôde querer tapar o sol com a peneira, procurar a todo transe innocentar o seu constituinte.

Certamente ha injustiça em generalizar a affirmação de que semelhante modo de conducta é movido por espirito de ganho. Naturalmente atrae clientela a fama de que tal advogado é fertil em recursos para rebater as mais evidentes accusações e engendrar as mais esquecidas razões de exculpação.

Mas é humano antevêr-se no accusado a victima de uma injustiça e por isso tomar-se o seu partido, é humano sentir-se interesse pela causa que livremente se aceitou — não importa a solicitação, pois é profissional.

Acceptando a defesa, fica presupposto que se a considera viavel, e desde então o defensor pôe toda a sua capacidade e amor proprio em demonstrar o acerto desse seu prejulgamento.

Aos juizes cabe o papel de suprema responsabilidade de, chocados pelos exageros das duas partes oppostas do debate para o esclarecimento do facto, eliminarem conscientemente as demasias e, sem pieguice nem rancor, serenamente darem o "veridictum".

XIX

Protelação da justiça

A demora no pronunciamento da justiça é uma modalidade de injustiça. Bem entendido: quando o retardo não decorra de motivos de força maior, isto é, quando fôr protelação pura, demora proposital, com má intenção ou por desidia no serviço.

Só é admissível a demora causada realmente pela necessaria faina de procurar esclarecimentos com que construir o julgamento — material de construção esse "sine qua non" da estabilidade e solidez da obra de justiça.

O mesmo se applica aos casos de soluções de reclamações, não só no domínio judicial como no administrativo ou disciplinar. Em sua natureza, embora não se lhes applique a mesma designação, constituem verdadeiro serviço de justiça, pois que de julgamento.

E' sabido que uma das manifestações comuns da má vontade que as reclamações quasi sempre assanhão é a demora da solução: é bem caracterizada, essa demora, uma modalida-

dade, uma presunção de injustiça, de não declarada punição por conta.

Tal feição se accentúa quando, como mais frequentemente sucede, a pessoa dependente da justiça ou da reclamação fica durante a elaboração da solução em situação de constrangimento profissional ou economico. A demora, então, mais immoral, representa um "jogo na certa": embora, o paciente venha a ser absolvido ou attendido, elle já soffreu um castigo — e irremissivel, se houve privação preventiva da liberdade.

Ou representa uma taxa de imposto, uma tributação á força, mesmo que a reclamação venha a ser alí fim attendida; tributação que, como as exigencias de sellos, representa um onus extorquido pela ousadia de reclamar, onus verdadeiramente immoral, por quanto toda justiça deve ser gratis e não representa unilateralmente o interesse do accusado ou reclamante, senão acima desse o superior interesse do serviço ou da instituição.

XX

"...e volte, querendo"

E' este um dos fechos usuais de despachos protelatórios. Na primeira parte, variável ao sabor dos casos, o autor do despacho assume ares de sentinella rigorosa, vigilante, que não deixa o transeunte dos "canaes competentes" desrespeitar qualquer formalidade das inúmeras que se acham estabelecidas para as ilimitadas possibilidades e que, em geral, não deveria applicar-se ao caso particular em curso.

E' um certificado que falta, um sello, uma informação, ou é uma expressão que não está "em termos", ou é outra que significa "insinuação ou commentario", enfim é sempre um pretexto que a autoridade, atrás daquelle fecho de fingida paciencia, não se peja de arvorar, para ladear a questão, não se pronunciar sobre o seu objecto, difficultar, encarecer, protelar a devida solução.

Representa isso uma das maiores indecências que infestam a administração em geral, que a emperram e a desacreditam.

A bem da verdade reconheçamos que nem sempre é a má fé a causa de semelhante desadministração; ás vezes é apenas a mecanicidade do funcionario, cego applicador de esquemas, a proceder pelo tacto e não pelo senso, incapaz de raciocinar, ou de arriscar uma informação ou um despacho sobre a questão, perfeitamente esclarecida e rectamente soluvel, em que pése á sua apparencia de infracção a este ou áquelle dispositivo genérico.

Entretanto consorciam-se modelarmente harmonicos os dictames da moralidade e do princípio soberano da utilidade e efficiencia dos serviços, para impôr que as questões sejam a todo transe resolvidas, sempre que se apresentem com todos os dados imprescindiveis. Tal não impede que, ao mesmo passo, mas secundariamente, se ordene a observancia ou satisfação das normas formalísticas acaso esquecidas pela parte que recorre a um despacho.

XXI

A resignação

Resignar-se á sorte é uma virtude ou artificio da pratica da vida que, supponho, todas as religiões aconselham. Da religião catholica é certo que a eleva a grande altura: entretanto? como é frequente vêrmos pessoas catholicas a se desesperarem, a maldizer de mil modos, inconformadas, de um golpe de má sorte? Verdade que são essas pessoas em geral apenas superficialmente lustradas dos preceitos da religião,

pessoas que antes a ella se filiam, ostensivamente, pela cobiça aos favores do céu, confundindo a pratica pontual de actos exteriores do rito com o exercicio effectivo, conscientioso, dos mandamentos basicos, todos de altruismo — se quizermos, por desrespeitoso que pareça : de egoismo de reversão ou indirecto.

São os carolas, charlatães da religião.

Nada mais assisado do que resignar-se a gente á sorte, uma vez que se não possa desvial-a, attenuar ou melhoral-a. "O que não tem remedio, remediado está".

? Para que entregar-se a lamentações e desesperações, que nada modificam na situação? Apenas com isso arrisca-se de acrecentar ao mal o da sua maior divulgação, atrahindo talvez ainda o ridiculo e a mofa, ou redobrando em gaudio para os inimigos, ou causadores, ou aproveitadores da desgraça.

? Para que exceder-se talvez em desatinos que só poderiam multiplicar, reproduzir, prolongar o mal? "Não ha mal que sempre dure."

Se nos deixamos abater, moralmente supplantar por uma desgraça só lhe agravamos as proporções, lhe ampliamos o effeito real, proprio.

Principalmente não nos entreguemos á sua mera exageração pela imaginação, phantasiando culpas e consequencias mais graves do que realmente hão de ser.

XXII

Reclamar, não murmurar

A resignação deante das occurrencias de força maior, inelutável, applicada mesmo quando se tem como reagir, seria falta de elevação moral.

Quem quer que seja attingido directa ou indirectamente por actos que propositada ou inadvertidamente constitúam injustiça, lhe firam o direito ou o prestigio pessoal ou do cargo que exerce, ou a sua dignidade, deve reclamar.

Salvo o caso em que o abuso, injustiça ou má trato não encontre obstáculo em qualquer disposição de lei ou regulamento, caso em que o autor se acastella torpemente na ausencia de textos que o refreiem; então só haveria defesa ou reacção fóra da lei, e melhor será em vez de reclamar, sem garantia, resignar-se, dar absoluto desprezo á má accão e ao seu autor.

A reclamação geralmente chôca, levanta escândalo e por mais que o reclamante tenha razões ella é recebida de má vontade. Esta se manifesta geralmente em toda a sorte de exigencias collateraes proteladoras, com que se procura entravar o andamento e exame do verdadeiro objecto da reclamação. E quando, por milagre quasi, o assunto é devérás resolvido,

mui raro é que a solução seja favorável a quem usou do recurso.

Quasi sempre o autor interpellado "não dá o braço a torcer" e inventa motivos para sustentar o seu acto, embora dando explicações, quem sabe elogiando, estomagado, a vítima.

Na protelação da solução não ha o minimo escrupulo em prejudicar desta ou daquella maneira o reclamante, nem o serviço que lhe está affecto. E ainda, resolvido o caso, as relações futuras resentem-se da irritação remanescente do interpellado, levantada pela ousadia de reclamar. Por essas razões notorias muita gente, pesando o proveito e as custas, prefere accomodar-se ao prejuizo e não reclamar. Então mandam a logica e a bôa educação que também não se comente, lastime ou verbere o ocorrido: *não murmurar — ou reclamar ou calar!*

Se o caso afecta a uma questão de principio e que, embora hoje pessoal, pode, si passar em silencio, reproduzir-se amanhã com outros, então, apesar dos conselhos da prudencia e do egoísmo, a bem do interesse geral, a pessoa posta em tal situação deve arrostar todos os possiveis precalços e *cumprir o dever de reclamar*.

XXIII

C. Q. D.

E' de bôa regra admittir que houve bôa fé da parte do superior de quem emanou um acto contra o qual se é levado a reclamar. Por isso mesmo é que o recurso da reclamação é suscetivel de gradações e que a regra referida é para aplicar quando a reclamação é do primeiro grão, reveste, a bem dizer, um carácter amistoso.

Admitte-se, então, que houve apenas uma inadvertencia ou a involuntaria omissão de circunstancias captaes, que levadas em conta á vista da reclamação farão com certeza prontamente corrigir o acto.

Seja como fôr, tomada a resolução de reclamar formalmente contra um acto de superior deve-se na sua exposição, na sua redacção se for feita por escripto fazer abstracção do estado de espírito que ella possa encontrar e da collaboração que haja de prestar o superior para completar o esclarecimento do caso. Não se deve contar com a bôa vontade do superior sob ne-

nhum desses dois aspectos e com esse factor erroneo preocupar-se em ser breve, ou facilitar em fazer a reclamação muito sucinta, como enunciando apenas os dados da questão e a solução que se espera.

E' necessario fazer logo um trabalho radical, sob pena de não demover o superior, ter que voltar portanto ao assunto em nova reclamação, já em grão mais adiantado, mais chocante, portador de maior estremecimento.

Toda reclamação deve desde o inicio ser produzida com toda a copia de razões, como quem faz pedagogicamente a demonstração inflexível de um theorema scientifico. Isto é, antes de pôr o fecho à reclamação importa passar-lhe uma revista, a vêr se não ha lacunas no arrazoado, se não houve elisão de argumentos, por fôrma que devérás se pudesse, sem impropriedade, pôr-lhe em remate a classica formula mathematica: "como queríamos demonstrar" (c. q. d.).

COLONIAS MILITARES

I — FRONTEIRAS S. O. — REGIÃO DO MATTE

Pelo major Raul Silveira de Mello

Por muito que se pense do patriotismo que encerra o decreto n.º 19.482, de 12 de dezembro de 1930, art. 3º, do Governo Provisional, ficaremos sempre longe de prever os incalculáveis benefícios que elle, bem controlado, poderá trazer à nacionalização de nossas fronteiras, à defesa de nosso território e de nossa raça.

No artigo anterior, "Nacionalização das Fronteiras", recordámos uma série de providências que têm sido lembradas como necessárias a complementar e facilitar a execução daquela acertada decisão do Governo.

Vamos tratar agora de um assunto correlativo, ali referido, que varias vezes tem surgido na imprensa do paiz, reclamado como solução oportunânea à colonização e defesa dos nossos territórios longínquos. São as Colonias Militares. Entidades com esse nome foram estabelecidas no Império, ao longo de nossas fronteiras do S. O., como garantia do nosso *uti possidetis*.

Nossos limites, então contestados pela Argentina, exigiram medidas de proteção e fomento que lhes assegurassem a vida nacional. Tales núcleos desempenharam o seu papel militar imediato, mas não puderam realizar o seu destino econômico e social. Golpeados por dificuldades de isolamento insuperáveis de tempo e dos lugares, falta de assistência dos Governos, administrações descontinuas e inexperientes, falhas de organização, recrutamento defeituoso do pessoal, a pouco e pouco cahiram em lamentável decadência.

Si tivessem recebido o apoio oficial, convenientemente reorganizadas, e impulsionadas com vigor por administrações à altura dos seus destinos, pôde-se assegurar que o sucesso das Colonias Militares teria sido completo, do ponto de vista social, econômico e nacional.

Mas alguma coisa ficou. Em seu abono poderemos citar: a assistência e maior aproximação dos índios que viviam na sua Zona de influência, especialmente os "Crocados" de Chopim e Rio das Cobras (Estado do Paraná), aproveitados e treinados nos trabalhos de estradas; fixação de alguns elementos nacionais, vindos de fóra, que aí se localizaram sob a proteção militar; segurança aos viajantes e tropeiros, nomeadamente na Colonia de Xanxeré, plantada á beira do caminho de tropas, Nonohay-Palmas, por onde transitavam milhares de muares annualmente, destino a São Paulo; ascendente moral e material sobre as populações próximas das nações vizinhas, como aconteceu com a Colonia de Foz do Iguaçú, que manteve uma influência decisiva, enquanto bem administrada, na fronteira dos três países que aí confinam. Um documento do tempo assinala que muitas famílias paraguaias e argentinas para aí se transportaram

atraídas pela garantia de policiamento, justiça, rectidão assegurados aos seus habitantes pelas autoridades militares.

Passados trinta anos da extinção das Colonias Militares do Oeste Paraná-Catharinense, qual a situação actual dessas regiões?

A Zona de Xanxeré (Chapecó) continuou a prosperar até nossos dias graças à sua proximidade do rio Uruguai, vantajosa para exportação de matte e madeiras, e à circulação intensa do movimento do Rio Grande do Sul por Passo do Goyá-En, Porto Feliz e outros. Chopim, porém, afastada dos grandes caminhos e plantada na bacia do Iguaçú, não navegável, aniquilou-se inteiramente.

As fronteiras do Pepiry-Guassú e S. Antônio, distanciadas d'aquellas duas antigas sédes mais de cem quilometros, nenhum ou quasi nenhum benefício receberam. Pelo contrário, a influência econômica argentina de Misiones aí se infiltrou e conseguiu predominio.

Foz de Iguaçú erigiu-se em município, mas decaiu do ponto de vista nacional e econômico. A população brasileira, actualmente, entre os seis mil habitantes do município (paraguaios e argentinos), é constituída quasi exclusivamente pelos funcionários públicos e suas famílias, suffocados pela maioria estrangeira que aí se implantou decisivamente. O seu antigo comércio deslocou-se para montante, atraído pelas empresas hervateiras e "obras" localizadas ao longo do rio Paraná, até Guayra. Toda a vida econômica dessa região está subordinada ao controle e aos interesses argentinos com sede em Posadas, facilitados pelo sentido natural da navegação do rio Paraná.

Talvez nenhuma outra parte de nossas fronteiras tenha sofrido tanto domínio da influência estrangeira, paralelamente ao descaso de nossas providências políticas, como esse ocidente paranaense entre as duas grandes famosas cataractas. O renome dessas duas maravilhas atrai da Europa, via Buenos Aires, caravanas numerosas, a contemplar as suas bellezas a par dos encantos da natureza tropical de suas soberbas florestas. Riqueza hidráulica sem par, beleza sem paralelo, floresta tropical luxuriante que se estende pouco a pouco, no planalto, com as preciosidades do matte, do pinho e da imbuia... No entanto, custa credê-lo, toda essa região está desnacionalizada e relegada ao abandono, como terra esporia, e, na verdade, é o trecho mais encantador das nossas fronteiras e uma das regiões mais lindas do mundo.

O Governo imperial pretendeu nacionalizar e povoar essa região, ligando-a ao interior por uma via de comunicações e de transmissões. Nesse tempo não tínhamos estradas de ferro ou rodovias, cruzando o alto Paraná Superior,

que aproveitassem o seu curso até Guayra, de sorte que foi mistér vencer a floresta do Iguassú, trescentos kilometros, de Guarapuava á Fóz, para attingir a fronteira. A estrada Guarapuava-Fóz do Iguassu, que promettia ser o cordão umbelical a vivificar aquella região longinqua, não logrou o seu fim.

Mal estudada, mal projectada, comprehendia um extenso *picadão* bem terraplenado, mas dotado de um perfil inacessivel, com declividades por vezes superiores a 15 %, impossivel á conservação, impraticavel á tracção. Além disso, o Governo do Estado do Paraná a quem, com a Republica, coube o dominio dessas terras, e que depois passou a receber da União um auxilio orçamentario (annual) de noventa contos para a conserva da grande estrada, não tomou as providencias para a colonização da região, nem deu a devida applicação áquelle auxilio, de sorte que a estrada em grande parte ficou impraticavel. Não é, pois, de admirar que Fóz do Iguassú e, com ella, todo o occidente paranaense fugisse á influencia de Palmas e Guarapuava para cahir, como cahiu, pela fatalidade geographică, na orbita de Posadas.

Precalços á execução do decreto n. 19.482
— As Empresas hervateiras argentinas estabelecidas em nosso territorio, sobre uma faixa de cem a cento e cinquenta kilometros da fronteira occidental dos Estados de S. Catharina e Paraná e S. E. do de Matto Grosso, engajam o seu pessoal na massa dos trabalhadores paraguayos e correntinos que ahi implantaram a sua lingua e os seus costumes, hoje dominantes. Essa gente rude e tenaz vive na dura dependencia das Empresas, sob um regime escravizador semelhante ao dos seringueiros da Amazonia. Empenhadados pelo "anticipo" (adeantamento inicial em viveres e roupa), não mais conseguem libertar-se. A essa multidão semi-escravizada se vem ajuntar a turba dos criminosos foragidos das repúblicas vizinhas, escapos á acção de suas policias.

Esse o meio e a gente. Por isso mesmo, e por não haver ali a acção reguladora da justiça e da administração publica brasileira, as estradas estão balizadas de cruzes, que assinalam o imperio do "44" e do "machete" impunes e sem freio.

Consoante o espirito patriotico da nova lei, esse pessoal terá que ser dynamizado com 2/3 de brasileiros natos. E' uma imperiosa e urgente necessidade. Mas onde e como buscar os elementos nacionaes, na proporção e na qualidade, para enquadrar ou substituir aquella gente, homens de uma tempora singular, sobrios, esforçados, tenazes, resistentes, conhecedores eximios daquelle "deserto verde" e aptos entre os mais aptos á lida da matta?

Si não é possivel uma transfusão de sangue nacional áquelles rincões, para uma resurreição immediata, cumpre preparar a applicação integral do decreto referido com providencias urgentes e acertadas de vigilancia e fiscalização dessas regiões, que as emancipem definitivamente do regime extra legal em que se encantram.

Aspecto economico da região O SO. brasileiro e o Oriente paraguayo comprehendem o "paraizo do matte". A Argentina é o maior consumidor dessa especie. O rio

Paraná é unico vehiculo natural que liga tal producção ao consumo. Essa dupla fatalidade geographică, em reciproca attracção, imprimiu e imprime a physionomia economica da região. Si, porém, não fosse a incuria das administrações passadas, as Empresas que negociam com o Rio da Prata, e as concessões dos grandes latifundios não teriam ido parar systematicamente ás mãos de argentinos. O commercio conservaria o mesmo rumo, mas libertar-se-ia da exclusividade do explorador estrangeiro para ficar, em razoável proporção, sob o controle brasileiro.

Não se trata, pois, de inverter o rumo do commercio de exportação do matte, madeiras, etc., cujo unico sentido é o Rio da Prata; trata-se de estimular-o até, mas interessando nello o capital e o trabalho nacionaes.

Quanto á importação, sim, excepção feita do trigo, os demais productos estranhos, necessarios á região, devem-lhe ser orientados do litoral e do interior brasileiro, como o café, os tecidos, o assucar, as conservas, o xarque, a louça, as drogas, as ferragens, etc. Até pouco tempo, antes da chegada da Sorocabana a Porto Epitacio, o sentido da importação estava invertido, ás avessas; até o café, assucar e phosphoros vinham de Posadas a Fóz do Iguassú e Guayra.

E' dever, pois, impulsivar o commercio de exportação com propaganda efficaz, melhor elaboração dos productos e navios brasileiros para o seu transporte. A importação reclama facilidades de transportes do interior e capitais e fomento brasileiros nellas empenhados.

Sendo o matte a industria fundamental, vitoriosa, da região, e secundariamente as madeiras, cumpre desenvolver e aperfeiçoar a exploração dessas riquezas e á sombra dellas despertar e estimular a agricultura e a pecuaria, ainda inexistentes ou incipientes, para crear novos valores de vida e fortalecer as industrias fundamentaes.

O problema é complexo. Para assegurar-lhe o exito seria necessário crear na região um ambiente nacional para o exercicio efficaz da administração e da justiça, mas isso parece illusorio, ao menos de começo, ante a superioridade dos factores negativos ali dominantes.

O estacionamento de um Grupo de Batalhões de Caçadores, escalonado ao longo da fronteira, daria a força e o prestigio para o exercicio da administração publica, mas tal sistema se debilitaria pelas mesmas razões de isolamento das antigas Colonias, e por dificuldades insuperaveis de recrutamento.

Os orgãos preconizados para esse emprehendimento devem, sim, estribar-se na força, mas constituirem-se em nucleos activos de fomento e de trabalho, que estimulem as industrias, garantindo a sua prosperidade.

Outros não podem ser esses orgãos senão *Colonias Militares*, de feição moderna, que tenham em si mesmas a força e o prestigio, com todos os serviços necessarios ao Governo de um Territorio, com vantagens especiaes para o seu pessoal e um processo particular de recrutamento, vizando de preferencia sorteados e voluntarios com familia.

Organismos taes facilmente se adaptarão ás condições das fronteiras, implantarão nellas os elementos de vida nacional, e, depois de cumprido esse destino, cederão lugar á admi-

nistração civil. Cessados os fins da administração militar, as Colonias Militares se transformarão em órgãos do Ministério da Agricultura, permanecendo na região, como força regional permanente, os elementos da tropa organizados em batalhões ou companhias de Infantes Matteiros.

Attribuições das Colonias Militares — As Colonias Militares terão as seguintes atribuições:

a) jurisdicção civil, militar e técnica, não só das sédes e núcleos subordinados como de toda a faixa fronteiriça, na largura e extensão que lhes sejam atribuídas, inclusive o controle do fisco.

b) estreita ligação com as Colonias congeadas e com os Governos dos Estados respectivos.

c) construção e conservação de suas sedes, núcleos e estradas.

d) demarcação e distribuição de lotes coloniais, reconhecimento de posses e títulos sobre terras, etc.

e) *Agricultura* — Fomento e melhoramento da indústria do matto, como cultura fundamental; estímulo à cultura de outros produtos remuneradores, de exportação certa, como as laranjas, abacaxi, algodão, bananas, de grande procura no Rio da Prata, assim como aqueles destinados ao consumo regional, canna, feijão, milho, batata, mandioica, etc.; manutenção das culturas agro-pecuárias destinadas ao consumo oficial, cedendo o excedente à Cooperativa ou para auxílio dos trabalhadores nacionais recém-instalados; instalação e manutenção de hortos de matto e hortos de pomicultura, para experimentação e cultura do Ilex e das frutas preconizadas para a exportação, nomeadamente laranjas, abacaxis, bananas.

f) *Pecuária* — Criação de gado para libertar a região da importação dos produtos derivados, criando os factores auxiliares da agricultura. A região dos pinheiraes do Paraná oferece, com o pinhão em abundância nos meses de maio a setembro, um elemento de engorda esplêndido aos suínos e também ao gado vacum, exactamente no tempo em que definharam os pastos e escasseia o milho.

g) *Transportes fluviais* — Estreita ligação e protecção aos serviços fluviais brasileiros que o governo estabelecer e melhorar nos rios Paraná e Paraguai, para que possam competir com os similares argentinos.

h) *Transportes terrestres* — Construção e conservação da rede de estradas e caminhos da região, em íntima ligação com o interior, de conformidade com o plano geral de viação em estudo pela Comissão Especial nomeada pelo Governo Provisório.

i) *Transportes aéreos* — Construção de terrenos de aviação que facilitem os *raids* da nossa Aviação Militar a essas longínquas regiões, conforme as indicações fornecidas pela Directoria de Aviação.

j) *Parques florestais naturaes* — Cuidar da defesa e perpetuação das espécies vegetais da região. Locais obrigados à existência de tais parques são as matas anexas às Quêdas do Iguaçú e Guayra, onde o machado dos "obras" já operou grandes destruições. Urge salvar e melhorar os remanescentes florestais desses dois recantos magníficos, como comple-

mento à beleza e grandiosidade das duas grandes cataratas.

Nas regiões do planalto devem ser também reservados e demarcados cuidadosamente parques florestais onde as espécies do matto, do pinho, da imbuia e outras preciosidades arbóreas tenham maior exuberância.

A escolha desses núcleos florestais, variando cada um entre duzentos e cinqüenta e mil hectares, será confiada a técnicos do Ministério da Agricultura, e não darão outra despesa que sua pesquisa, demarcação, instalação e manutenção dos Guardas de Parques.

k) *Serviço Hydrographico e Meteorológico* — Para observação e estudo do regime dos grandes cursos d'água, potencial hidráulico das suas quedas, possibilidades de navegação e o regime do tempo.

l) *Pescaria e Caça* — Estímulos da pesca como indústria; regulamentação da caça.

m) — *Cooperativas* — Destinam-se ao fornecimento dos artigos de primeira necessidade, mediante vales de ordenados, soldos, salários, por preços do custo, acrescidos sómente das taxas de transportes, quebras e administração. Estes órgãos suprir-se-iam dos produtos dos colonos da região, culturas oficiais e dos artigos indispensáveis vindos do interior e dos importados sem dispensa de impostos.

n) *Escolas Profissionais* — Para a difusão do ensino primário e profissional em todas as Sédes, Núcleos, e povoados.

o) *Turismos* — As cachoeiras do Iguaçú e do Paraná são quasi desconhecidas para os nossos patrícios. Os estrangeiros que, avidamente, demandam essas bellezas naturais, têm que vencer grandes dificuldades de distância, tempo e dinheiro para lá chegar. As empresas internacionais de viagens, na falta de propaganda nossa, anunciam e registram sómente o itinerário de Buenos Aires para a visita às regiões do Oeste paranaense. Ora, não é difícil mostrar, com o auxílio da imprensa e facilidades de transporte bem asseguradas, a vantagem das excursões via São Paulo e via Curitiba, com o superior atractivo dos panoramas do *hinterland* brasileiro, incomparavelmente mais bellos que os platinos.

Parece igualmente de grande interesse mostrar a possibilidade do emprego da aviação nas viagens de turismo à Guayra e Iguaçú através das florestas e rios encantadores do nosso planalto sul.

Organização das Colonias — Eis um quadro geral para a organização das Colonias:

Director — Oficial superior da activa, escolhido a propósito.

Sub-Director — Major ou capitão, idem, com o curso de Estado-Maior.

Serviço do Fisco, de Intendência e Administração — Um intendente de Guerra e três oficiais de Administração, funcionários fiscais da União e dos Estados, auxiliares, sob uma direcção unica.

Serviço de Engenharia — Dois ou mais engenheiros, podendo um (ou mais) ser engenheiro civil (oficial de reserva) e auxiliares.

Serviço de Saúde — Três ou mais médicos militares, sendo pelo menos o chefe da activa e os mais oficiais de reserva.

Catequese e Instrução Cívica e Moral — Três ou mais sacerdotes católicos brasileiros, de preferência das congregações religiosas das

OS NOSSOS UNIFORMES

Pelo Coronel Parga Rodrigues

Coisas e factos ha entre nós, que se apegam aos costumes e, qual ostra dos rochedos, se fixam de tal modo que sómente á força poderão ser arrancados.

Apesar de uma tendencia, aliás demasiado pronunciada, para o americanismo "yankee", mantemos no sub-consciente o espirito conservador herdado do portuguez.

Isso explica, talvez, o facto de já havermos realizado sobre o exercito de 89 uma evolução de cerca de um seculo e, não obstante, ainda usarmos peças de uniforme absolutamente incompatíveis com o nosso actual estado e, tambem, com o nosso clima.

De fórmula nenhuma poderia justificarse a permanencia dos 3º e 1º uniformes no respectivo plano. Incompatíveis com a evolução alcançada e com a nossa na-

Prelazias ou Bispados regionaes, em ligação com os Toldos, as Escolas, Sédes, Nucleos e povoados.

Serviço Agronomico e Florestal — Agronomos do Ministerio da Agricultura, especialistas.

Serviço Veterinario — Um veterinario, oficial de reserva, do Ministerio da Agricultura.

Serviço de Justiça — Um Delegado Judicial, bacharel em Direito, official de reserva.

Outros serviços — Como lembrança.

Tropa — Uma companhia de Infantes Matteiros; uma companhia de Sapadores Matteiros; um Esquadrão de Trem, vaqueanos, conductores de tropas e viaturas.

Número e localização das Colônias Militares — Na zona fronteiriça, região do matte, tres rincões naturaes, perfeitamente delimitados, se apresentam para o estabelecimento de tres Colônias Militares:

a) Oeste paraná-catharinense, ao sul do Iguassú;

b) Oeste paranáense, ao norte, do Iguassú;

c) S. E. matogrossense, zona da Matte Laranjeira.

tureza, elles jazem nos guarda-roupas e sómente são usadas pelos officiaes que servem nos gabinetes do alto commando, constituindo um grande encalhe de capital com a aggravante de, pelo tempo em que se conservam guardados, nunca poderem estar em boas condições de uso no dia em que delles se precisar.

Ha, além disso, o lado psychologico do facto. O uso desses dois uniformes coloca o official sob a mentalidade do antigo exercito e o publico, já desacostumado dos mesmos, olha-os com estranheza como se deante dos olhos encher-gasse um militar de fancaria, de carnaval, de tal modo berra o vermelho e bri-lha a infinidade de dourados; o que, certamente, é uma lembrança dos idos tempos do cambio ao par ou, preferivelmente, do atavismo indigena para quem o

Cada um desses rincões tem sua feição geographicamente particular e, dahi, a necessidade de uma administração autonoma.

Sédes e Nucleos das Colônias — Não convém avançar muito para a fronteira as sédes das Colônias. É mais conveniente tel-as recuadas para o interior cem a cento e cincuenta kilo-metros, com o fim de estabelecer nellas um centro de comunicações e actividades facilmente ligados para a retaguarda e flancos e com antenas para varios pontos da fronteira. Nessa ordem de idéas, poderíamos ter:

Colonia B (norte do Iguassú) — Séde no planalto a O. de Clevelandia; Nucleo no Pepiriquiassú, proximo a sua foz no Uruguay; Nucleo proximo a Dionysio Cerqueira.

Colonia B (norte do Iguassú) — Séde no planalto, região Catanduvas-Depósito Central; Nucleo S. Maria, sobre as quedas do Iguassú; Nucleo Guayra, sobre as Sete Quédas; Nucleo S. Francisco, sobre a foz deste rio; Nucleos Cantú e Apucarana, sobre as serras desses nomes.

Colonia C (S. E. de Matto Grosso) — Séde no planalto dos rios Amambay-Dourados; Nucleos sobre o Iguatemy (na fronteira) e sobre o Ivinheima.

II — FRONTEIRAS NORTE E NOROESTE — REGIÕES DA BORRACHA

Com o mesmo espirito patriótico seriam estudadas as condições para estabelecimento de Colônias Militares noutras zonas fronteiriças dotadas de industrias basicas naturaes valori-

zadas, como sóem ser as fronteiras da bacia Amazonica N. e N.-O., onde a borracha e a castanha, servidas pelo grande rio, estão a reclamar medidas de estimulo.

dourado e o vermelho são o que de mais grandioso existe no mundo.

No exercito antigo, enquanto os officiaes montados usavam os *barbicachos* com borla dourada e as *chilenas de prata* com grandes rosetas, não foi possivel o advento da equitação racional e do exercicio de campanha.

O actual official do exercito já não pôde tolerar um uniforme incommodo, feio, disfarçado com enfeites dourados em profusão e que, longe de lhe darem o desejado aspecto, o tornam simplesmente caro e ridiculo.

E' por esse motivo que, a não ser o caso de um infeliz escalado para certos serviços, já ha muitos annos, se não vêem officiaes a passeio ou em visita com o seu terceiro uniforme.

O primeiro uniforme é sempre substituído pelo de tolerancia, o que basta para demonstrar a sua imprestabilidade.

Nenhum official, salvo algum recem-chegado da fronteira onde tinha permanecido muito tempo, tem gosto, talvez mesmo coragem, se possue uns dois pares de galões, para ostentar nas ruas o actual terceiro uniforme.

Dahi o uso e o abuso do uniforme de panno kaki; o que é plenamente justificado, não só pela commodidade, como pelo aspecto marcial que esse fardamento e o de flanella en prestam áquelles que os trazem.

Este, o de flanella, incontestavelmente o mais bonito e sympathico dos nossos uniformes, é, com tudo, mui pouco durável e sujeito a uma grande variedade na escala tonal; seria vantajosa a substituição do seu panno pela alabardine empregada nos capotes de tolerancia.

Ora, já sobre este assumpto, acompanhando a evolução militar, demos alguns bons passos.

Porque, agora que o momento é propício e já não seja sem tempo, com um simples golpe de pena, não se manda lançar ás ortigas essa indumentaria essencialmente passadista, sob qualquer ponto de vista inconveniente e comnosco incompativel?

Precisamos, pois de um terceiro e de um primeiro uniformes. Aquelle, elegante, simples e commodo (o de alabar-

dine, por exemplo); este, um pouco mais vistoso, porém, como o outro, elegante, commodo e no qual os *douradinhos*, tanto do *agrado* dos sirgueiros, sejam reduzidos á sua expressão mais simples.

Com a adopção de um *gorro unico* para os uniformes de côn kaki muito lucrâmos. Impõe-se, para completar esse beneficio a generalização do uso do *calção unico*, privativo da Arma de Cavalaria, como se a equitação fosse um privilegio dessa arma.

Uma medida, porém, impõe-se desde já: — a proibição do uso, por pessoas estranhas ao Exercito, de qualquer peça que, mesmo de longe, apresente qualquer semelhança ou apparencia com as usadas em os nossos uniformes.

As providencias até agora tomadas nesse sentido limitaram-se a reiterados pedidos do Ministerio da Guerra ao do Interior onde, parece, não eram tomadas na devida consideração. O sophisma, por outro lado, empregando insignificantes mudanças de detalhes, deu e ainda continua a dar lugar a que todo e qualquer individuo pudesse usar uma farda que, mesmo dos militares, a poucos metros de distancia, passasse como os uniformes branco ou kaki do Exercito.

A proibição de qualquer semelhança, por menor que seja, e a repressão immediata sobre essa contravenção resolveriam bem o caso.

Mal ou bem, o traje continua a fazer o monge.

Um moderno exercito precisa de uniformes que, attendendo quanto possivel ás condições technicas, satisfaçam tambem as exigencias da esthetic. Esta, sob o ponto de vista militar, exige peças de uniforme com as quaes possam os individuos, de par com uma elegancia mascula, terem livres os seus movimentos, ficando, assim, capazes do desempenho de qualquer de suas funcções profissionaes.

Um militar, realmente bem fardado e elegante, deverá poder sahir de um baile, por exemplo, e sem mudança de uniforme, estar em condições de poder montar a cavallo, dirigir um automovel, etc., etc. O que se não comprehende actualmente é essa elegancia *apertadinha*, mesmo em se tratando do uniforme branco, com o qual perdemos, quasi por completo, o as-

INFLUENCIA DA IMMIGRAÇÃO SORRE A NOSSA RACA

Pelo tenente-coronel Camucé

Quatrocentos e trinta e um annos ha que no scenario maravilhoso de um trecho da terra moça da America, tres raças se defrontaram impellidas pelo determinismo que absorve ou funde povos através todos os tempos.

Quatro séculos ha que ao elemento nativo — o selvagem — legitimo senhor da terra que Cabral descobriu, se vieram juntar o europeu portuguez e o africano, que ao som da inubia e do boré responderam a doçura da guitarra civilizada e depois os ruidos monotonos do batuque africano, marcando a melancolia rytmada do jongo.

Mas do choque das tres raças tão profundamente diversas e só unidas pelo caracter psychologico de uma tristeza mansa e irremediable — foram o boré e a inubia, antigos dominadores nas quebradas das serras e no recesso verde das grandes florestas, que enfraqueceram primeiro, que se fizeram depois, distante, num recuo de vencidos e acabaram por emmudecer na "terra de tal modo graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nella tudo".

Porque é fóra de duvida que da alchimia ethnographica de que provém a raça brasileira quantitativamente foi o nosso indio elemento quasi infimo e que, a quem quiser andar a par

pecto marcial, adquirido no labutar dia-
rio, no reino da militança.

Já em 1911 apresentei idéas para a confecção de um terceiro uniforme. Mas, santo de casa não faz milagres. Apenas a Policia Federal se apossou do uniforme que eu tinha concebido para uma das armas. Em resumo, essas idéias consistiam no seguinte:

1º. Adopção de um panno unico para todas as armas de uso exclusivo do Ministerio da Guerra; o panno mescla usado pela Cavallaria, por ser o mais leve e o mais duravel;

2º. Distincão das armas e serviços, além dos distintivos reduzidos ao minimo, pela sua cõr tradicional, em listras collocadas na calça ou calção e no corpo do gorro.

Teríamos, então:

Infantaria — Calça ou calção, tunica e capa do gorro de panno mescla; corpo do gorro e listras da calça de cõr garance

Cavallaria — Calça ou calção, tunica e capa do gorro, como acima; corpo do

da verdade e ceder ao positivismo dos factos será mistér sacrificar o natural sentimento de patriotismo e consideral-a, a esta raça, pelo menos em origem, inferior.

Senão, vejamos. E' impossivel que organismos ethnographicos perfeitamente differenciados possam subsistir distinctos, num mesmo habitat.

Pelo principio de identidade da razão humana através de que sérres e coisas tendem à synthese e se fortificam na unidade, o mais forte, o mais adiantado, o que é capaz de melhor attender ás solicitações da existencia material, o que possue mais flexivel apparelamento linguistico, tem necessariamente que absorver o outro, mais malleavel, cuja influencia na maioria dos casos não é, todavia, nulla. E só onde esta fusão se deu houve realmente uma raça, constituiu-se uma nação. O contrario foi uma conjuncão artificial de povos sob a unidade illusoria de um poder temporal, por isto mesmo fragil e insustentável como o foi o de Cyro, Dario e Alexandre, que todo o tempo andaram a correr de um ponto a outro de seus vastos dominios, suffocando rebellões constantes, que significavam a existencia de organismos inteiramente livres e, por consequencia,

gorro e listras da calça de cõr azul turquesa.

Artilharia — Calça ou calção, tunica e capa do gorro de panno mescla; corpo do gorro e listras da calça de cõr azul ultra-mar.

Engenharia — Calça ou calção, tunica e capa do gorro, como acima; corpo do gorro e listras da calça de cõr preta.

O serviço de Saude usaria no corpo do gorro e nas listras da calça a cõr actualmente usada e, assim, por diante.

Mas, as idéas que ahi ficam são já um pouco velhas e, como o seu dono, talvez passadistas. Comtudo, passadas através o crivo da brillante mocidade que hoje dirige *A Defesa Nacional*, servirão, ao menos, para despertar a attenção sobre o momento assunto. O Exercito de uma Republica Nova não deve usar um uniforme, já de ha muito, incompativel com a Republica Velha, sob pena de, no meu fraco entender, continuar com a mesma velha mentalidade: o traje, mal ou bem, continua a fazer o monge.

sempre tendentes a recuperarem a sua independencia.

Em favor ainda desta theoria faz notar Nietzsche que ha povos que frazem em si o caracter de indolencia e facil submissao, a plasticidade de massa moldavel, como os franceses e os gregos, e, outros, animados de uma estranha febre de conquista, de uma obcessao de domnio, de uma quasi nevrose de absorcao e absolutismo, como os judeus, os romanos e os allemaes.

Ora, o elemento portuguez, ja pela superioridade ethnographica, ja pelas luzes da civilizao, era o que estava naturalmente indicado a absorver ou pelo menos preponderar sobre o nativo. Não o fez, contudo. Seria o nosso indio irredutivelmente avesso a qualquer convivio social? Não, por quanto não lhe era alheia a idéa de sociedade, de que ate possuiam uma escala hierarchica, que ia da óca á nação, além de que muita vez se uniu elle ao estrangeiro, como fizeram os tamoyos aos franceses em 1555, como aliado de valor.

Pintam-no como arredio, desconfiado. Creio-o, antes, previdente, sempre alerta, em meio a uma natureza que se ostentava em toda pujança de seu primitivismo, onde o perigo se emboscava a todo momento sob mil fórmas imprevistas, no intricado de cipós, nas grandes florestas sombrias, á beira de charcos, á entrada de furnas, nos alcantilados das serras.

O pouco convivio da raça nativa com os conquistadores motivou-o, muito possivelmente, o desejo de conquista facil do oiro, a ambição de riquezas estimuladas então pelo descobrimento das Indias e que no Brasil teve o seu reflexo no facto do portuguez, desde o inicio, se dispor á captura do indio de modo a transformal-o num docil instrumento de seus sonhos de grandeza.

Ao tempo em que aqui chegaram os europeus, duas nações indigenas campeavam: a tupi, que se estendia desde o Amazonas até Cananéa, beirando toda a faixa littoranea de praias brancas empennachadas do verde brilhante das palmeiras, a que chamavam Pindorama; a tapuia ou gés, provavelmente os que primeiro habitaram as praias brancas e que os outros, conquistadores e guerreiros, fizeram recuar ás furnas dos grandes planaltos centraes alcantilados e de difícil acesso, de onde nenhum veio d'agua vem ter ao mar.

Começando a conquista do littoral para o interior, encontraram os portuguezes, inicialmente, aos tupis e logo pensaram em escravizar-los, exterminando em verdadeiras caçadas humanas os que resistiam, como o fizeram o Dr. Antonio Salema, nomeado governador do Brasil do sul, em 1572, aos tamoyos e tupinambás, mortos aos milhares, imigrando os sobreviventes para as margens do Amazonas, e Bento Maciel Parente aos gentios do Pará em 1619, sob pretexto de que oppunham serios obstaculos á vida da capitania.

Depois, foi a debandada para o interior, a internação pelas florestas sombrias e a saudade do Pindorama risonho de praias brancas empennachadas de leques verdes, que a brisa agitava numa doçura de embalo, agora, cheio de

estranhos rumores de gente branca e desconhecida...

Mas, nem a quietude de um esconderijo lhes deixaram, aos pobres indios que lhes cediam a terra, que era sua mais legitima posseção, e delle foram ainda arrancalos os barbaros.

Organizaram-se expedições para tal fim, conhecidas pelo nome de *entradas* e cujos cheffes usavam da expressão muito significativa de "descer indios". Dentre elles podem ser citadas a de Antonio Dias Adorno, que penetrou o sertão do Rio das Contas, na Bahia, de onde trouxe, a par de esmeraldas e diamantes, sete mil indigenas tapiguaens, e a de Gaspar Dias de Thaide e Francisco Caldas, que capturaram igual numero no sertão do S. Francisco.

Dessas excursões, não só tinha conhecimento a metropole, como as regulamentava, e D. João IV, quando das luctas de jesuitas e colonos no Pará e Maranhão acerca dos indios, despachou nos seguintes termos a dois representantes dos seus subditos da colonia, a 17 de outubro de 1653: — "Resvolvi que pôde e deve haver escravidão daqui por diante".

Aos jesuitas, de outra parte, não se lhes pôde negar o valor nem deixar de reconhecer que fizeram, pelo menos em começo, obra de mérito, pois, parece que acabaram por aviltar a nobreza de sua missão, tornando-se das mesmas ambições e dos mesmos vicios que condenavam, o que fez que o papa Clemente XIV não hesitasse "mesmo em abolir a Companhia, pela bullia Dominus Redemptor, de 23 de julho de 1773".

Mas, embora as suas "reduções", como chamaiam aos acampamentos indigenas á volta de suas igrejas e collegios, houvessem sido cellulas de civilização, pois que, pelo menos, a assimilação mutua das linguas tupi e portuguesa bem esboçada ficou, paradoxalmente, os missionarios de Jesus constituiram forte obstaculo á fusão das raças, por quanto, retinham os indios insulados, si bem que á sombra docemente protectora da cruz.

E, assim, durante todo o periodo de nossa vida colonial, temos diante dos olhos este espetáculo: de um lado, o gentio espavorido da sorte que o espera e que cada vez mais se interna pelas brenhas nativas onde erram como párias infelizes e até onde vai o portuguez desenfurnal-o com requintes de crueldade; de outro, a estranha fascinação de uma religião, que lhes fala em doçura e amor e que os retém.

Ha quem refute o facto de ter concorrido pouco, para a formação da raça, o nosso selvagem.

Lendo, por exemplo, um interessante trabalho — "O tupi na geographia nacional" — transcripto na *Revista do Instituto Historico e Geographico*, da Bahia, de 1928, n. 54, pareceme animado deste propósito o Sr. Theodoro Sampaio, que o escreveu numa rara demonstração de zelo pelo que é nosso.

Dentre outros trechos, lê-se na sua obra:

"Até o começo do seculo XVIII, a proporção entre as duas linguas faladas na colonia era mais ou menos de tres para um, do tupi para o português. Em algumas capitâncias, como em

S. Paulo, Rio Grande do Sul, Amazonas e Pará, onde a cathechese mais influiu, o tupi prevaleceu por mais tempo ainda.

Nas duas primeiras, falava-se, entre os homens do campo, a *lingua geral* até o fim do século XVII. No Amazonas e no Pará, ainda é commun o tupi no seio da população civilizada dos tapuyas, como, vulgarmente, ali se appellida os indios".

Da desproporção entre as duas línguas se ratifica adiante o autor, quando escreve:

"Fazia-se a conquista, tendo por veículo a propria língua dos vencidos, que era a língua da *multidão*."

O facto de "onde a cathechese mais influiu o tupi prevaleceu mais tempo ainda", parece á primeira vista uma subversão da lei natural, isto é, que a língua rude prevaleceu sobre a civilizada. Mas, o que houve é que os jesuitas, em menor numero, aprenderam a língua dos nativos para melhor attenderem á cathechese, como Anchieta, que nos deu della uma gramática e um diccionario, e, por isso, muito justamente é tido como o fundador da litteratura nacional.

Assignalar que nas capitâncias de S. Paulo e Rio Grande do Sul, "falava-se, entre os homens do campo, a *lingua geral* até o fim do século XVII", é ainda um efecto da minoria em que estava o europeu em relação ao indio.

Como haviam os portuguezes, se eram inferiores em numero, de se firmar numa região inteiramente desconhecida e inculta, como lhe adquirir o conhecimento dos sérés e dos costumes, senão adoptando o symbolo que era a palavra?

E por ultimo, de que ainda no Amazonas e no Pará demorem traços ainda nitidos dos primeiros habitantes do Brasil, não é para admirar se nos lebrarmos de que só muito mais tarde o extremo norte do Brasil entrou em convivio com o europeu, pois, até o estabelecimento de francezes no Maranhão em 1612, quasi nada se havia feito no sentido de colonizar o nordeste.

No entanto, todas estas considerações não visam provar o afastamento completo do indio, nem negar a sua collaboração na raça. Da convivencia prova-o o symbolismo poetico de Paraguassú, Moema, Bartyra e Iracema, onde se presente a verdade ao fundo da lenda, e é incontestável que houve em larga escala o cruzamento de portuguezes com mulheres indias, em S. Vicente e S. Amaro.

Mas, ainda assim, creio que, se impondo a todos os argumentos e á propria autoridade do grande Vieira, que em 1694 escrevia: "E certo que as famílias dos portuguezes e indios em S. Paulo estão tão ligadas hoje umas com as outras, que as mulheres e os filhos se criam mystica e domesticamente, e a língua que nas ditas famílias se fala é a dos indios, e a portugueza a vão os meninos aprender á escola", ha o facto de se ter ido buscar o negro á Africa, numa evidente desistência de capturar o indio.

Foi peor a acquisição daquelle elemento que se veio juntar aos outros, que já não eram bons.

Porque o portuguez que aqui aportou não era daquelles da estirpe do grande Nun' Alvares,

nem do valor dos argonautas que se fizeram ao mar pelos séculos XV e XVI e deram um Gama a Portugal. Para aqui veio gente da peor especie, arrogante, balofa, cruel, viciada e indolente, que era tudo que restava para mandar á nova colonia, empenhada como estava a metropole em satisfazer, nas Indias, o seu delirio de oiro. Isto já para não falar das primeiras cellulás de fusão, que Cabral nos deixou em dois condenados a degredo perpetuo, a que outros, depois, se juntaram... Assim, foi o Brasil — "o reino da Luz, do Amor e da Fartura", no versejar harmonioso de Bilac — destinado a presidio de degenerados, antes de ser, por largos annos, celleiro farto de uma corte onde, ao que se diz, mais gente havia para perfumar luvas do que quem soubesse ler...

Não se pense que tenho contra os portuguezes *parti-pris*, por quanto o descaso da metropole pala colonia é perfeitamente evidenciado em varios factos, senão no decorrer de toda nossa vida colonial. Sómente trinta e um annos depois de descoberto o Brasil é que a Martim Afonso de Souza foram delegados poderes discricionarios para "fundar uma grande colonia que servisse de ponto de apoio ás esquadras e permittisse rechassar os estrangeiros da costa do Brasil"; aventureiros francezes, hollandezes, hespanhoes e até allemães, por muito tempo rapinaram nas costas impunemente; o interesse que pareceu animar a D. João III pela formosa desprezada era que o sonho de oiro acenava-lhe então, com todas as seduções ao N. do Brasil, onde a lenda localisara o El-Dorado e quando, mais tarde, Portugal presentiu o que realmente valia a sua possessão americana, quando lhe auscultou o dynamismo latente de terra moca, ávida de viver e de crear, teve medo, e a toda pressa tratou de ir cortando as azas ao condor novo, que fremia no desejo de enristal-as breve, em vôo largo...

E sente-se-lhe, através da historia, todo o desesperado esforço de reter a presa: em pleno século XVIII, prohíbe a abertura de novas estradas em Minas, para evitar o extravio de oiro ou diamante, que deveriam ir directamente sustentar o luxo ás cortes; pelo alvará de 5 de janeiro de 1785, foi sustado o funcionamento de manufacturas de oiro, prata, tecidos de seda, linho e lã, permitindo-se apenas a de tecidos grosseiros de algodão; já em 1822 vieram decretos vexatorios como o que considerava o governo do Rio de Janeiro independente do das outras providencias, para enfraquecer a administração, e um outro que lhe mandava fechar as cortes e tribunaes; e, ás portas da independencia, a resolução de 7 de março, prohibindo que se enviassem ao Brasil armas e municões, e a que declarava nulla a Assembléa Geral Constituinte e Legislativa, a cuja convocação Pedro I annulla, o que valeu pela verdadeira independencia, antes mesmo do "Independencia ou morte", talvez um tanto theatral.

Assim, através da sua dominação, o portuguez revelou, independente dos louros ancestrais immarecessíveis, um traço até hoje muito vivo e notado até pela philosophia popular: —

ambição, demasiado apego ao metal sonante, ganância.

Do indio, podem-se deduzir qualidades de bravura, disposição para a lucta, como demonstrou *Felipe Camarão*, sentimentos muito arraigados de altivez, de lealdade e de honra, fartamente descriptos por Gonçalves Dias, no seu formoso *Y-Juca--Pyrama*, o que prova que a intelligencia não lhés estava tão em atraço que não abstraissem e generalizassem, muito embora, já na citada obra do Sr. Theodoro Sampaio, escreva o autor, com provável autoridade, "que poucos vocabulos, porém, tinha a lingua com significação abstracta".

Quanto ao negro, se ainda fosse possível duvidar da influencia do meio sobre o homem, ficariamos convencidos della ao examinal-o. Porque a sua psychologia reflecte com surpreendente fidelidade as condições physicas do seu "habitat".

A intelligencia estagnou-se-lhe, parece que envolvida das emanacões pestilentes e entorpecentes dos grandes charcos onde as febres fazem a sua ronda sinistra, na contemplação de grandes extensões uniformes, de horizontes monotonos, sempre com o mesmo lampejar de incendio; um sol de fogo, zurzindo-lhe, impiedoso, a pelle negra, obrigou-lhe o organismo a entregar-se a uma eterna modorra, a uma invencível indolencia, que o preservam de um fatal excesso de calorias; um scenario natural, onde tudo parece disposto a excitar a imaginação na idéa do sobrenatural e do grandioso, eivou-lhe a alma de supersticões grosseiras e sombrias e a intuição da maldição que pesa sobre os descendentes de Cham, o sentimento de inferioridade da raça infeliz, deram-lhe esse fundo de commovedora humildade e essa profunda tristeza que lhe marca o compasso das musicas e dansas e que, no dizer de Loti, "on ne saurait exprimer avec des mots d'aucune langue humaine"...

E foram essa humildade e essa tristeza que o tornaram tão flexivel nas mãos dos senhores e, paradoxalmente, lhe valeram a preponderancia na raça mixta, incontestavelmente mais mestiça do que derivada de tres elementos.

O negro avassalou tudo, pena que não á custa de qualidades brilhantes, mas avassalou. Domina em todo o scenario de nossa vida colonial, do eito sob o chicote do feitor, até a intimidade da familia, onde, até hoje, em algumas, perdura a doce lembranca de mucamas fieis e velhas "bás" dedicadas.

Foi o verdadeiro factor do progresso agrícola e economico do Brasil.

Do papel preponderante que foi o seu na formação da nossa nacionalidade, tem-se a prova no receio que assaltou a muitos dos proprios abolicionistas, de que, com a sua liberdade, viesse a ruir toda a existencia económica do imperio; o facto de afirmar D. Carlota Joaquina, afóra o natural exagero que caracterizou a esposa de D. João VI em todos os seus actos, quando da volta da corte á Lisboa. — que estava farta de ter habitado tanto tempo uma terra de mulatos e negros e que por pouco não cegara em meio a tanta escuridão, não impede de se poder citar mestiços do valor de Laurindo Rabello, Patrocínio e Machado de Assis.

Constituida, pois, a raça do caldeamento dos tres elementos, pesando o negro sobre o indio, ficou a fermentar a mistura antes que se definisse o novo corpo ethnographico a que devera dar origem, o qual começou a se manifestar durante as guerras hollandezes, onde já se distinguem pernambucanos do indio, do portuguez e do negro; continua a vigorar os traços proprios nas guerras dos emboabas e mastecates; já perfeitamente distinta, ousa pretender respirar livremente em 1792; insurge-se nacionalidade consciente nas revoluções de 1817 e 1824 em Pernambuco; e, finalmente, organismo social autonomo em 1822.

Durante o trabalho de caldeamento, nenhum elemento estranho perturbou-o, pois, não tiveram caracter de conquista definitiva a estadia no Brasil de franceses em 1555, 1612, 1710 e 1711, nem tampouco as breves excursões de ingleses como Roberto Withrington, Eduardo Fenton, Cavendish, Lencaster e João Venner. Poder-se-á, talvez, atribuir a intenção de domínio definitivo aos hollandezes que, vindos em 1624 e repellidos, voltaram em 1630 só se retirando em 1654.

Mas, destes é muito possivel que não tivessemos que lamentar a intromissão, se tivessem ficado entre nós, pois, revelaram inestimaveis traços de energia, tenacidade, esforço voltado para as realidades praticas, grande descortino intellectual e alto tino administrativo, brillantemente reunidos na figura illustre de Nassau, que, em pouco tempo, transformou Recife numa cidade hygienica e saudavel, centro scientifico e artistico selecto, decretou a medida de liberdade de culto e promettera a emancipação do negro, o que lhe bastava para glorificar o nome e sob cujo governo "a producção de açucar augmentou de tal modo que, sendo, em 1628, de 20 a 25 mil caixas em todo o Brasil, era, em 1638, de 33 mil só em Pernambuco. Paraíba e Rio Grande do Norte", afóra a divulgação na Europa, de varios productos nossos.

Cruzados com o nosso indio, quem nos diria da raça de valor que seria a nossa, se os hollandezes se assenhoreassem do paiz para sempre? Temos bem perto, na America mesmo, o exemplo frisante da nação poderosa que são os Estados Unidos cujo povo provém como se sabe, da fusão do "pelle vermelha" com os puritanos e realistas fugidos da Inglaterra, como perseguidos da religião e da politica.

O hollandez se entronea no grupo anglo-saxonico, o producto deverá ser, pois, muito semelhante.

E fóra de duvida que os povos dessa origem, ousados, tenazes, inflexiveis, um tanto rudes, mas, de grande pureza de costumes, têm a dianteira na civilização. E a melhor prova temola ainda nos Estados Unidos, que ainda simples reunião de colonias pobres e atrazadas no seculo XVI, puderam desligar-se da Inglaterra a 4 de julho de 1776, quando o Congresso declarou-os livres, enquanto ficavamos agrilhoados até 1822.

Todavia, não nos deixemos tomar de pessimismo quanto ao futuro de nossa gente. E' nova ainda e os recursos do paiz, dos melhores, são varios.

1^a CIRCUMSCRIÇÃO DE RECRUTAMENTO

Pelo Tenente-Coronel Ascendino d'Avila Mello

Desde que assumimos o cargo de chefe desta C. R., tem-nos preocupado a necessidade de ser dada ao Exercito uma nova lei do serviço militar e, em consequencia, um novo regulamento, que consulte de perto os sagrados interesses da defesa nacional.

Nesse sentido temos apresentado já um apreciavel numero de suggestões.

Tanto aqui, como certamente nas de-mais C. R., registravam-se, communmente, factos que contribuiam para o descredito do serviço militar, originados quasi todos pelo fiel cumprimento do regulamento.

Quantos reservistas illegalmente alis-tados, sorteados e convocados, não responderam pelo crime de insubmissão ?

O territorio immenso, que é o nosso, grande parte já foi conquista sua. Foi o paulista, o bandeirante intemperato, cuja energia de aço arrimou-o ás lombadas das serras que galgou e levou-o a affrontar indiferente, as asperidades dos caminhos e a profundeza de rios desconhecidos, já nascido sob o fulgor do Gruzeiro, que fez recuar até quasi os Andes, a linha divisoria que a diplomacia marcara a Portugal com o termino de seus dominios e que cortava no Brasil, ao N., onde é hoje Belém e ao S. Laguna, em Santa Catharina.

Não ha que descrever das possibilidades de uma raça, que, pelo andar de 1851 e 1852, dava lições de civilização na America, defendendo a causa sagrada da liberdade e da humanidade contra o caudilhismo de Rosas e Oribe, tendo como interprete de seu civismo e de sua cultura, o vulto para nós do Exercito, particularmente caro, desse admiravel Caxias, que dirigira aos seus soldados, quando transpuzeram a fronteira uruguaya, esta formosissima proclamação de tão alta elegancia moral:

"Não tendes no Estado Oriental outros inimigos senão os soldados do General D. Manoel Orbe, e esses mesmos enquanto, illudidos em-punham armas contra os interesses da patria. Desarmados ou vencidos, são americanos, são nossos irmãos e como tales os deveis tratar.

A verdadeira bravura do soldado é nobre, ge-nerosa e respeitadora dos principios de huma-nidade.

A propriedade de quem quer que seja, nacio-nal, estrangeiro, amigo ou inimigo, é inviolavel e sagrada, e deve ser tão religiosamente re-peitada pelo soldado do exercito imperial como a sua propria honra. O que por desgraça a vio-lar será considerado indigno de pertencer ás

Quantos não foram os mutilados, os portadores de molestia contagiosa ou in-fecto-contagiosa e até os estrangeiros que tiveram de prestar contas á justiça ?

Factos dessa natureza, felizmente em face do decreto n. 19.533, de 30 de de-zembro do anno findo, que alterou o actual R. S. M., não mais serão regis-trados.

Esse decreto deu ao problema da isen-ção uma solução duplamente vantajosa, pois, não só beneficiou ao Exercito, como ao conscripto.

Entretanto, ainda é permittida a fa-culdade de renovação annual de provas, que precisa ser evitado.

Uma outra vantagem, profundamente moralizadora, trouxe-nos o mesmo de-

fileiras do Exercito, assassino da honra e da reputação nacional, e, como tal, severa e inexoravelmente punido".

Pouco depois, novo ensejo se lhe deparou de revelar-se valorosa em episódios magnificos durante a campanha do Paraguay, em cujo ini-cio, ainda para orgulho do Exercito, logo se destaca a figura do Tenente Antonio João Ri-beiro, commandante da Colonia Militar de Dou-rados, onde, com doze homens apenas, acei-tou combate com os duzentos e cincuenta para-guayos do Capitão Urbeta, perdendo a vida num magnifico desprendimento e cuja memo-ria o meu distinto camarada Major Valentim Benicio da Silva, de um patriotismo sadio, quando commandante do 11º Regimento de Ca-vallaria, em Ponta Poran, glorificou no symbo-lismo de uma cruz sobre um pedestal de pe-dras, onde se inscrevem estas palavras do bravo: "Sei que morro, mas o meu sangue e o de meus companheiros servirá de protesto so-lemne contra a invasão da minha Patria"; e depois, ainda durante a refrega, surgem os no-mes de Camisão, que numa soberba arrancada conduziu os homens que escreveram na histo-ria a epopéa da Laguna e aos quaes nem a fome, nem a peste, nem as emboscadas perfidas do inimigo, nem incendios das matas por onde passavam conseguiram alterar a serenidade que transfigura os heróes e de Hermenegildo Porto Carrero que defendeu o forte de Coimbra com cento e cincuenta e cinco soldados contra a in-vestida de cinco mil paraguayos de Barrios.

E á luz do sol que a doira, na terra do Brasil se hão de aquecer ainda solidas e magnificas, organizações intellectuaes, scientificas, artis-ticas e militares.

(Continúa)

creto, com a autorização aos delegados militares para verificar nos livros dos cartórios os dados fornecidos pelos respectivos serventuários.

Mas, digamos a verdade, esse decreto veiu também aguçar o nosso desejo de ver quanto antes substituído o actual regulamento por um outro, que nos permita preencher os claros dos corpos sem se tornar necessário o appello anormal ao voluntariado.

Para isto reputamos imprescindível um estudo consciencioso da parte do novo regulamento consagrada às disposições penas, de forma a ficar plenamente assegurada a execução do mesmo.

Pelo art. 50, por exemplo, todo brasileiro é obrigado a se alistar dentro de um determinado prazo.

Entretanto, raro é o que cumpre essa prescrição regulamentar, tão clara quanto terminante, e assim mesmo, tocado pela necessidade de um certificado de alistamento.

Obrigação sem a correspondente sanção — ninguém o ignora — só serve para levar a lei ao descredito e estimular o seu não cumprimento.

Os cidadãos que deixarem de cumprir, presentemente, o estabelecido nesse artigo, em vez de sofrerem uma penalidade qualquer, são, ao contrário, favorecidos, visto que, sorteados após os da classe de 21 anos, só contribuirão para a formação de um dos contingentes se porventura os desta classe não forem suficientes.

Ora, em quasi todas as C. R., os jovens nascidos dentro de um anno, cobrem perfeitamente o claro a preencher.

Assim sendo, os que deixarem de cumprir a prescrição citada, não mais pertencendo à classe dos 21, adquirem a prerrogativa de serem tratados, dahi em diante, como bons e authenticos reservistas de 3^a categoria, com os mesmos direitos que são conferidos áquelles que conquistam a situação de reservista em uma linha de tiro ou em um corpo de tropa.

Já tivemos oportunidade de ferir este assunto, apresentando até uma sugges-

tão a respeito. Por ella, os que infringissem o art. 50, desde que alistados com idade compatível para o serviço militar, seriam sorteados e convocados antes dos da classe de 21 annos, e só se desincorporariam depois dos desta classe.

A adopção desta medida viria sobremaneira contribuir para a moralização do serviço militar, além de concorrer directa e indirectamente para uma incorporação mais lisonjeira.

Com tudo, reconhecemos que ella apresenta o inconveniente de poderem alguns cidadãos ingressar no Exercito da 2^a linha logo em seguida á desincorporação.

Isso talvez desse logar a um desfalque na reserva do Exercito de 1^a linha.

Mas, esse unico inconveniente não deverá ser citado, em face do n.º 3 do art. 33, que, ao estabelecer as condições para o voluntariado, fixa em 28 annos a idade maxima para o ingresso no Exercito de 1^a linha como voluntario.

Além disto, mesmo que se viesse a verificar o desfalque, elle seria certamente compensado com uma maior incorporação consequente da execução da medida.

Finalmente, dilatando-se o prazo da permanencia no Exercito de 1^a linha, sem todavia alterar o limite maximo de idade com que actualmente um sorteado pôde incorporar, além de outras vantagens, teríamos a de remover de uma vez o inconveniente citado.

Dahi, porém, não se infira que a execução dessa medida por si só seja capaz de nos levar ao objectivo almejado.

Esse objectivo só será realmente atingido, quando se conseguir na época normal, por meios normaes, o preenchimento dos claros.

Para isto devemos ir além, estabelecendo a exigencia da caderneta de reservista ou certificado de alistamento voluntario para um sem numero de casos.

Nestas condições, o brasileiro convencer-se-á de que, ao atingir a maioridade, tem deveres inadiáveis a cumprir e inherentes á defesa nacional.

Na ampliação, pois, dos casos de que cogita o art. 134 e no estabelecimento, claro e preciso, da penalidade para todo

cidadão que contribuir para o não cumprimento daquella exigencia, reside, ao nosso ver, a efficiencia do serviço militar.

Estabeleçamos mais, por exemplo, que sem a exhibição da caderneta de reserva ou certificado de alistamento voluntario, nenhum cidadão poderá:

a) matricular-se em qualquer estabelecimento de ensino, ou nelle conservar-se, desde que tenha pelo menos 17 annos de edade;

b) casar-se;

c) alistar-se como eleitor;

d) empregar-se no commercio, fabricas, empresas, bancos, etc., ou conservar-se no emprego, desde que tenha pelo menos 17 annos;

e) pertencer a qualquer associação sportiva, etc.;

Tirar carteira de identidade.

Para tudo isso se legise de forma que a nova lei do serviço militar se harmonize com os diversos codigos.

A medida concernente á alinea b, por si só, levará todo um sexo — o bello — a se interessar pelo serviço militar.

Estabeleça-se a obrigação no sentido dos estabelecimentos de ensino, casas commerciaes, fabricas, empresas, bancos, associações, etc., possuirem um livro destinado exclusivamente ao registo dos cidadãos maiores de 17 annos, no qual figurem, além do nome, a filiação, dia, mez e anno do nascimento, naturalidade (Estado e Municipio), residencia, signaes caracteristicos, situação perante o serviço militar, registro este feito sempre pelo proprio desde que souber ler e escrever.

Qualquer cidadão, presentemente, ingressa no funcionalismo, apresentando um certificado de alistamento obtido até com edade superior a 40 annos.

Acabemos de uma vez com essas concessões, que só servem para nos levar ao insucesso e ao ridiculo.

Acceite-se o certificado de alistamento voluntario desde que o mesmo tenha sido obtido pelo seu portador ainda na edade de concorrer ao sorteio e á consequente incorporação.

Finalmente, se a exigencia constante do art. 134, para o ingresso no funcio-

nalismo federal, não for estendida ao funcionalismo estadoal e municipal — como cogita o paragrapho unico desse artigo — ninguem tenha a menor duvida — ficaremos no meio do caminho a percorrer e tão cedo o serviço militar não attingirá o grão de efficiencia que 'odo bom brasileiro almeja.

*

* * *

O art. 50, já referido, faculta aos jovens alistarem-se desde a edade de 17 annos, no entanto, aos que assim procederem, o regulamento apenas concede a unica vantagem de um simples certificado gratuito de alistamento.

Esta vantagem é apenas apparente, pois todo aquelle que se alistar espontaneamente pôde considerar-se um sorteado convocado.

Julgamos que, não só o Exercito como igualmente os cidadãos, muito teriam a lucrar se porventura o alistamento para o sorteio fosse effectuado ao attingirem os jovens a edade de 20 annos, de modo que a incorporação se podesse dar aos 21.

Ora, se não temos poderes para alistar, obrigatoriamente, um menor, contudo, podemos leval-o ao alistamento voluntario mediante vantagens compensadoras.

Nesse sentido já tivemos o ensejo de apresentar uma suggestão.

Por ella os jovens que, com autorização legal, se alistassem até aos 20 annos de edade entrariam em sorteio e só seriam contemplados no calculo do contingente a incorporar, se porventura fosse insuficiente o numero de sorteados das classes seguintes, e, incorporando, seriam desincorporados antes dos daquellas classes.

*

* * *

Todas estas medidas fundamentam-se na necessidade imperiosa de levar os cidadãos, por meio directo ou indirecto, a alistarem-se na edade do serviço militar, habilitando-os assim ao cumprimento do dever imprescriptivel para com a Patria.

O DIA DO SOLDADO

(Conclusão)

Pelo 1º Tenente Severino Sombra

Ama e comprehende tudo isso como o amaram e comprehenderam os soldados do passado, cujos rasgos patrióticos rememoramos comovidos.

Dois de Maio de 1866. Os paraguayos haviam atacado de surpresa e em grande numero a vanguarda do Exercito Aliado acampado em Tuyuti.

O "26 de Voluntários da Pátria", constituído em sua maioria de rapazes da melhor sociedade cearense, é um dos batalhões que corre em seu auxílio.

O "26" era afamado por seu heroísmo e perfeição nas manobras.

Impulsionando-o, inflamando de entusiasmo os jovens voluntários, ia a querer a bandeira do corpo "bordado a ouro, trabalho artístico e mimoso, sahido das mãos de distinatas senhoras da capital do Ceará".

Ao embate titanico recuam os paraguayos e o entusiasmo arroja os brasileiros à perseguição. Refugia-se o inimigo na matta sombria donde havia irrompido e os soldados do "26", em marche-marche, vão-lhe no encaixo.

Mas de repente, ao desembocar numa clareira, são os brasileiros cercados por milhares de paraguayos — cavallarianos e infantes.

A situação é desesperadora.

Separado do resto do Exercito e em enorme inferioridade numérica, o "26" prepara-se para vender caro a vida.

Em quadrado! comanda o bravo Figueira de Mello. E sobre as bayonetas impassíveis vem abater-se a cavallaria inimiga.

O esforço é sobrehumano, mas as fileiras vão rareando assustadoramente. Dos 800 voluntários só restam 200. Morreu a maioria dos officiaes. E o "26" dizimado cerca seu comandante e inicia a retirada pela matta.

Ao saber do desastre, Osorio ficou indignado e fez vir á sua presença Figueira de Mello.

Este se apresentou "seguido por alguns officiaes. Tinha os olhos encovados, a barba e os cabellos em desalinho, a farda manchada de lama e sangue. Fez continencia e esperou.

Osorio levantou-se nervoso. Deu alguns passos para lá e para cá. Depois, com um arranco:

— O senhor prepare-se para ser submetido a conselho de guerra.

— Mas Sr. General, replicou o outro, eu cumprir o meu dever.

— Perder um batalhão é um crime!

— Não perdi por meu gosto, e por minha infelicidade não morri com os meus soldados. Obedeci a ordens superiores indo em socorro da vanguarda.

— E quem lhe deu ordens de perseguir o inimigo?

— O entusiasmo da victoria e o meu dever de soldado.

— Mas porque não recuou, logo que se viu cercado?

— Porque seria comprometter o "13 de Infantaria" que me seguia e que se sacrificou depois, bastante, para salvar os destroços do "26".

Osorio mordeu o bigode. Tirou machinalmente um charuto do bolso e analgou-o. Fitou instantes o Coronel que não abaixou os olhos, e, como ultimo recurso:

— Coronel, onde está a bandeira do seu batalhão, a bandeira bordada pelas moças do Ceará?

Figueira de Melo baixou, então, a cabeça e as lagrimas correram pela sua face emmurhecida.

Nisto, dum dos grupos de soldados que espiavam das proximidades o que ali se passava, um caboclo de cabeça chata, com as divisas de cabo na blusa rôta e o numero 26 na barretina, destacou-se, deu alguns passos para a barraca do quartel general, juntou os calcanhares, fez a continencia e disse, dirigindo-se a Figueira de Mello, com a mão no coração:

— A bandeira do nosso "26" senhor comandante, está aqui!

Abriu a blusa, tirou a bandeira rasgada e ensanguentada que trazia de encontro ao seu corpo e a depoz sobre a mesa de pinho" (Gustavo Barroso — "Guerra do Lopez").

Ao soldado é preciso também bravura — coragem consciente e animada do espírito de cohesão.

Bravura que o impelle, o exalta e o transforma no adversário terrível que carrega, esmaga, fere e se preceipita onde maior é o perigo, salva e impulsiona os camaradas e a quem as próprias balas parecem respeitar.

E o soldado brasileiro, acompanha-o uma tradição de bravura. Tradição conquistada á custa de sangue nos campos de batalha, seja Tuyuti ou Itororó, Santos Logares ou Avahy, Curuzú ou Lomas Valentinas, onde nossas espadas e bayonetas talharam o monumento imperecível da propria glorificação.

E elle uma herança magnifica para os soldados de hoje. Cumpre-nos aumentar-lhe cada vez mais a belleza em arremessos triunphaes.

Ao soldado é preciso ainda o espírito de sacrifício.

Quem, mesmo vagamente, sabe o que são as guerras modernas, não ignora que esse espírito de sacrifício é quasi tudo para o combatente.

Para o combatente que passa enterrado nas trincheiras semanas e semanas, encharcado, ferido, sob a impressão constante do perigo, sobressaltado por toda uma symphonia violenta e hedionda que vai desde o surdo ribombar dos

INFLUENCIA DA ESCOLA DE JOINVILLE LE PONT NA EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO PHYSICA

(A ESGOLA DE JOINVILLE É O LABORATORIO DE ED. PHYS. DA FRANÇA)

(Pelo 1º ten. med. Ervin Wolffentuttel)

A Escola de Joinville le Pont procurou tornar *scientifico* o que era desordenado ou, embora methodico, foi preconcebido no gabinete, sem a sancção da experien- cia.

A Escola de Joinville le Pont procurou

canhões até o estalar sonoro dos fuzis, passando pela escala de estampidos das granadas, minas, obuzes e metralhadoras; para o combatente que mal alimentado, mal vestido e mal dormido, sente suas energias physicas desaparecerem; para o combatente perseguido por projectis de todos os feitos e dimensões e contra quem a propria terra parece revoltar-se abrindo as crateras horrendas que ameaçam tragar-o ou agitando-o em solavancos dos projectis que varrem os parapeitos e revolvem as trincheiras, refugia-se nas profundezas da terrí- e, ainda ahí, é alcançado pelos gases subtils e dolorosamente mortíferos; para o combatente sob a acção de todo esse cataclysma constante, tenaz, diabolico e enervante que age sobre as laminas de aço, creando-lhe gumes de desesperação; para o soldado nesse attrictar mē- donho de energias, nesse desgate de corações, sob esse peso monstruoso que o abate e aniquilla impiedosamente num esmagamento cruel, lento, enlouquecedor, — já não bastará a coragem, já não bastará o patriotismo.

Só o salvará esta profunda e mysteriosa energia, a mais pura, a mais alta, a mais occulta, a menos accessivel do coração humano — o espirito de sacrificio.

Salvando-o, salva a sua honra e a dignidade da Patria.

Attingil-o e desenvolvê-lo, é attingir e des- envolver o que ha de mais nobre e mais intimo na personalidade humana.

Henrique Maria Remarque — afamado autor do "Nada de novo no oeste" — recebera aulas de patriotismo do seu mestre-escola e podera orgulhar-se de uma tradição brillante. Ensinaram-lhe tudo o que seria preciso a um homem na guerra. Ensinaram-lhe tudo, menos a ter espirito de sacrificio.

E' por isso, seu moral succumbiu ao fragor da tragedia.

E elle é um symbolo da sua geração. E sua geração um symbolo do seu povo. E seu povo a expressão mais brillante de toda uma civili- cização.

Civilização na qual o naturalismo deitara as raizes mais profundas, sob as fórmas mais diversas, pretendera substituir o espirito christão.

Espirito que salvou Jacques D'Arnoux — o jovem heróe e martyr de "Palavras de um Redivivo".

substituir o criterio *aprioristico* que reina, pelo criterio *a posteriori*.

O objectivo da Educação Physica era vago. A Escola de Joinville le Pont precisou, *philosophicamente*, o seu fim: o desenvolvimento *physico* completo e in-

Os dois livros são bem significativos e, refletindo as duas mentalidades que assistiram a guerra, deixa ver bem claro qual das duas resistiu á sua acção corrosiva.

O verdadeiro soldado se completa com o espirito de obediencia e de honra militar.

Para a Patria, a victoria, o Exercito, a luta, pouco efficazes serão a bravura do soldado e seu espirito de sacrificio se elles não forem em obediencia a um plano concebido pelo chefe. Se não forem cohesos e disciplinados.

No combate, nada vale o esforço isolado, bem sabemos.

E a acção em conjunto, o esforço collectivo, que produz a victoria.

E isso não é possível sem a cohesão creada pela sobordinação á mesma idéa, ao mesmo chefe; sem os diversos gráos de hierarchia em que o pensamento aos poucos se transforma em acção.

De um para outro posto, é preciso que haja esta obediencia sem vacilações, esta disciplina perfeita que torna o Exercito um só homem, sabendo o que quer, querendo uma só causa e agindo para alcançá-la.

A posse de todas essas virtudes, a herança de glorias de que é depositario, o sentimento da responsabilidade que pesa sobre seus homens, a perfeita comprehensão de seu valor, dá ao militar um certo sentimento de orgulho, dignidade e amor proprio que constitue a honra militar.

Só a podem possuir os verdadeiros soldados.

* * *

Eis ahí, camaradas, as qualidades precisas ao desempenho do nosso sagrado dever — o dever militar.

Só a posse dessas qualidades nos permitirá sua perfeita comprehensão e facultará os meios de cumpril-o fielmente.

Cumpril-o com todas as suas exigencias dolorosas, com todas as suas ingratidões, mas tambem com toda a sua nobreza, com toda a sua gloria imperecivel e fecunda.

Cumpril-o como o cumpriu o maior dos brasileiros, o maior soldado do Brasil, cujo exemplo vive em nossos corações e que para sempre ha de ser a figura symbolica do valor, da energia, da intelligencia, da dignidade e da grandeza do nosso Exercito e do nosso Povo — o Duque de Caxias.

Contabilidade Administrativa

III

Pelo 1º Tenente contador José Salles

As relações existentes entre os diversos serviços e as unidades de tropa ou estabelecimentos militares dão sempre lugar a um grande movimento de *entrada e saída* dos artigos de que aquelles são provedores, de uma tal maneira que todas as vezes que uma parte é devedora pelo que recebe, a outra lhe é credora, pelo que entrega, de igual importância.

Além disso, elles têm um movimento próprio que muito se assemelha ao de uma empresa industrial, cousa desnecessária de salientar aqui, visto como é do conhecimento geral

intellectual e moral tanto quanto attingível através do movimento.

A Educação Physica estava divorciada da *intellectual e moral*. A Escola de Joinville le Pont fez de todas um nucleo *harmonico*.

A imprecisão reinava quanto aos meios de attingir esse objectivo.

A Escola de Joinville le Pont *fielmente científica*, nada desprezou do saber já conquistado e procurou preencher as lacunas.

A sua innovação mais notável foi a dos grupos homogeneos, obedecendo a razões de ordem *physiologica e psychologica*.

Abandonou o criterio puramente *anatomico* para fazer preponderar o da capacidade *funcional*.

Abandonou o carácter *exhibicionista*, para ter como objectivo ultimo o *utilitarismo*.

Visa, pois, o desenvolvimento maximo das *aplicações* mais communs.

Para conseguir esse desenvolvimento, decompõe cada aplicação em seus *educativos*, que são frações do movimento completo.

Para obter o maximo do rendimento em cada articulação, recommends os *flexionamentos*, que são movimentos segundo as seis espécies possíveis, com a maxima amplitude articular, e, por consequencia, com a maxima contracção e distensão dos músculos interessados. Com as *flexões, distensões, rotações, circumducções, abduções e adduções* —

as respectivas organizações e fins; mantêm, como é sabido, relações com firmas industriais ou commerciaes, quer do paiz, quer do estrangeiro, das quaes adquirem os artigos de transformação necessários à execução dos serviços de que são objecto.

Precisar-se-ia, pois, de um modo geral, para se esboçar um plano racional de escripturação, nesses Serviços, obedecer aos principios seguintes da contabilidade:

1º. Estudar os estados de transformação por que ha de passar a matéria prima.

é possível compor uma quasi infinidade de lições diferentes.

A Escola de Joinville le Pont exige o prazer na Educação Physica, contando com o estimulo geral desse imponderável.

Segundo a edade *physiologica* e as resistências *parciaes* dos órgãos de cada um, — variará a intensidade dos exercícios, que não deverá ficar aquem do grão que pôde trazer *desenvolvimento*, e não ir além do limite óptimo, onde começa a fadiga.

Demasiado repouso *atrophia*, demasiado exercício IGUALMENTE.

Entre um exercício e outro deve haver *inteiro desfatigamento*. Para atender a todos esses objectivos a Escola de Joinville le Pont exigiu a colaboração do medico e do instructor, ambos instruídos especialmente.

Emfim, a Escola de Joinville le Pont é a escola da *individualização* do exercício physico, o que procura conseguir em cada momento, tanto quanto o permitem os *conhecimentos*. E, pois, um laboratorio sempre para melhor.

Nessas considerações poderíamos prosseguir, si não bastasse já as que ahi vão, para demonstrar que:

A Escola de Joinville le Pont teve como influencia na Educação Physica, tornal-a mais *científica* e dar-lhe como objectivo complexo o desenvolvimento *physico, intellectual e moral*, tanto quanto attingível pelo movimento e o exercício dos sentidos.

2º. Considerar as despezas necessarias a esses estados, distinguindo-as segundo suas especies.

3º. Estabelecer a conta do custo dos productos, tendo em vista a materia prima empregada e as despezas de fabricação.

4º. Combinar essas contas de forma a ter-se na conta de fabricação, de um lado a importancia da materia prima e as despezas diversas e de outro a dos productos de fabricação.

"Os factos typicos, base do plano de escripturação desses Serviços, podem ser:

a) Provimento de numerario nas repartições competentes".

b) Compra da materia prima.

c) Passagem desta á fabricação.

d) Venda dos residuos da materia prima.

e) Despezas de fabricação.

f) Obtenção dos productos.

g) Fornecimentos destes aos destinatarios diversos (unidades de tropa ou outros estabelecimentos).

Nesses casos, applicando-se o methodo de partidas dobradas, podem-se usar as seguintes formulas:

No primeiro,

CAIXA

a VERBA tal — Sub-Consignação n... .

No segundo,

MATERIA PRIMA

a CAIXA.

No terceiro,

FABRICACAO

a MATERIA PRIMA.

No quarto,

CAIXA

a RESIDUOS DIVERSOS.

No quinto,

FABRICACAO

a CAIXA.

No sexto,

ARTIGOS TRANSFORMADOS

a FABRICACAO.

No setimo, finalmente,

DESTINATARIOS EM GERAL

a ARTIGOS TRANSFORMADOS.

Nessas formulas podemos observar claramente, ou melhor, podemos ver a demonstração do theorema basico das partidas dobradas. Assim, na primeira, temos a CAIXA debitada pela quantia recebida pela VERBA orçamentaria.

Na segunda, CAIXA está creditada pela MATERIA PRIMA adquirida por compra.

Na terceira, esta é creditada á conta de FABRICACAO, pela sua sahida para as officinas que a transformarão.

Na quarta, temos CAIXA debitada aos RESIDUOS vendidos da materia prima transformada nas officinas, e assim por diante.

Observa-se por ahí que a uma credora deve-dora corresponde sempre outra credora equi-

valente ou vice-versa; e os titulos dessas contas podem ser modificados segundo a natureza dos serviços, por quanto a escripturação é que se deve adaptar a estes, como ensinam os mestres.

As formulas acima podem ser perfeitamente adaptadas á contabilidade das Directorias dos Serviços no Exercito que, como sabemos, tem a cargo transformar as matérias primas em objectos necessários ás forças armadas.

Vejamos, por exemplo, o Estabelecimento Central de Fardamento e Equipamento, dependencia do nosso Serviço; elle recebe tecidos diversos, adquiridos por compra, que nas officinas de alfaiataria são transformados em fardamento para officiaes e praças; couros com os quaes se fabricam equipamentos; artigos de aviamentos; mantém contractos com as industrias civis de calçados para fornecimentos destes, cuja confecção é fiscalizada por officiaes do Serviço, e com commerciantes sirgueiros para compras de artigos que não carecem de transformação; remette, por sua Secção de Expedição, de tudo isto ás unidades de tropa, segundo os pedidos, etc.

A Directoria do Material Bellico, a cuja direcção se acham as Fabricas de Cartuchos e Artefactos e Guerra, de Polvora, Arsenaes de Guerra, verdadeiras empresas industriaes militares, possuidores de um movimento, na parte que lhes é propria, extremamente grande tambem e idêntico ao referido acima, em suas linhas geraes.

O Serviço de Saude da Guerra, ao qual pertence o Laboratorio Chimico e Pharmaceutico Militar, que tem igualmente um movimento intenso de entrada, sahida e transformação de productos do seu ramo, para que possa preencher os fins a que se destina.

E assim os demais. Quantos actos e factos administrativos não se passam ahí! E é sómente para salientar isto que fazemos as referencias ligeiras a esses orgãos, tentando fortalecer, assim, as affirmações sobre o methodo que preconizamos ao Exercito.

A applicação deste methodo aos corpos de tropa é que constituirá novidade, caso tenha de ser feita futuramente, visto como não é o utilizado por emquanto, conforme dissemos, tanto que o R. A. C. T. E. M. actual diz que "a escripturação será feita provisoriamente pelos modelos em vigor"; é muito opportuno, portanto, acabar com o que é provisorio.

E é a este ponto onde queremos chegar: — Fazer um ensaio, theorico embora, sobre o uso da "contabilidade administrativa" nos corpos; este titulo, que já temos visto applicar impropriamente á contabilidade por partidas dobradas, é interessante por isto; "administrativa" cremos ser toda contabilidade, qualquer que seja o methodo empregado, pois tem por principais funções o cálculo e o registro dos actos e factos administrativos.

Pretendemos, agora, fazer uma pequena exposição de como se poderia praticar essa contabilidade nas unidades de tropa; certamente que esta não exprimirá muito a verdade porque não fomos procurar exemplos reaes, ideamolos procurando-nos approximar disso tanto quanto possível. Talvez poderá servir de estímulo a alguém que deseje estudar o assumpto mais profundamente.

INSPECTORIA GERAL DO EXERCITO

O general Menna Barreto, inspector do 1º grupo de regiões militares, enviou ao general Leite de Castro, ministro da Guerra, o officio que se segue:

"Sr. ministro — Junto a este submetto ao esclarecido exame e decisão de V. Ex., um projecto para criação de um orgão auxiliar do ministro, seu delegado especial permanente em tudo quanto entende com o comando propriamente dito, a Inspectoria General do Exercito.

No proprio projecto os diversos consideranda que fazem o preambulo largamente, justificam a criação e explicam seus fins;

Queira V. Ex. enxergar nesta suggestão unicamente o que ella é: uma contribuição desassombrada, despida de qualquer interesse pessoal, vistas ao bom exito da actuação do ministro, inclusive á suppressão do incessante estremecimento, ora claro, ora subterrâneo, entre S. Ex. e o E. M. E., este desejo de exercer commando, em contradição com a boa noção do papel dos estados-maiores, e aquelle a exercer funcções do E. M. E.

A este respeito cabe accentuar que o inspector geral do Exercito é apenas um depositario de atribuições de commando, emanadas do ministro, isto é, absolutamente não deverá ser um sucessor ou substituto do ministro em seus conflitos de atribuições com o E. M. E., o qual em nada será afectado quanto ás mesmas apenas as terá alliviadas das velleidades de commando. Será necessário que o inspector geral seja mais antigo que os commandantes de regiões e de grupos de regiões.

Saudade e fraternidade. — João de Deus Menna Barreto, general de divisão.

Considerando que na organização actual do Ministerio da Guerra as funções imputadas ao ministro da Guerra são demasiado complexas;

Considerando que, em consequencia, quando o ministro é militar, as funções propriamente de commando merecem maiores atenções, em detrimento das cogitações mais geraes de natureza propriamente administrativa; e quando o ministro é civil a sua inevitável interferencia em funções de commando é chocante pera a disciplina, pois que forçosamente obedece a injunções ou informações não officiaes prestadas por patentes menos graduadas que as dos chefes organicos;

Considerando que embora tomo o ministro a iniciativa de descentralizar as atribui-

ções que o assoberbam elle sente-se tolhido neste expediente e, afinal, o conjunto do serviço publico deste Ministerio innegavelmente soffre, como a experientia attesta;

Considerando que especialmente em caso de actuação de unidades superiores á divisão ou formadas de elementos de varias divisões o seu commando é improvisado e tem a sua subordinação mal discriminada entre o ministro da Guerra e o Estado Maior do Exercito;

Considerando que as Inspectorias de Grupos de Regiões, previstas como embryões de Grupos de Divisões, têm as suas atribuições imperfeitamente definidas e estão inefficientes;

Considerando que, ainda tornadas realidades como devem ser as Inspectorias de Grupos de Regiões, fica faltando um orgão superior que decididamente descarregue o ministro da Guerra das atribuições propriamente de commando, analogamente ao que está em uso no Ministerio da Marinha, com a existência deum commandante de esquadra;

Considerando, finalmente, que com a reunião ora realizada dos antigos Grupos de Regiões Militares, 1º e 2º, sob um commando unico e com a recente determinação que subordinou esses Grupos de Regiões directamente ao ministro e lhes deu função, está em adeantado esboço a criação da Inspectoria Geral, falta apenas sancionar-lhe a existencia e regulamentar suas atribuições.

O governo provisorio resolve:

1º. Crear a Inspectoria Geral do Exercito, directamente subordinada ao ministro da Guerra, com plena delegação do mesmo como mais alto orgão permanente de commando, consoante os consideranda precedentes.

2º. Determinar que o Estado Maior do Exercito, em entendimento com o inspector geral, faça a correspondente regulamentação, inclusive revisão das atribuições das Inspectorias de Grupos de Regiões e necessaria redistribuição das mesmas; entendido que

a) para o ministro da Guerra haverá dependencia directa de todas as repartições, serviços e tropas relativamente a tudo que se verá a mesma dependencia directa para tudo que se relate com a administração geral e superior do Exercito;

b) para o inspector geral do Exercito haverá que se referir a organização, instrucção, mobilização, correspondentes inspecções, e em geral para tudo que se relate com a preparação do Exercito para a guerra."

LIVRARIA, PAPELARIA, LITHOGRAPHIA E TYPOGRAPHIA — Fundada em 1845

Endereço teleg. — PIMENTAMELLO — Rio. Telep. 4-5325

Livros, revistas e quaesquer trabalhos de artes graphicas

PIMENTA DE MELLO & C.ª

Rua Nova do Ouvidor n. 34

(Proximo á rua do Ouvidor)

Caixa Postal 860

Officinas — Rua Visconde de Itaúna n. 419

— (Edificio proprio) —

Telephone 8-5996